

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

DAVID ABREU LEANDRO

A MEMÓRIA NA TOPONÍMIA ÍNDIGENA

RIO DE JANEIRO
2023

DAVID ABREU LEANDRO

A memória na toponímia indígena

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu

Coorientador: Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire

RIO DE JANEIRO
2023

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

L437	Leandro, David Abreu A memória na toponímia indígena / David Abreu Leandro. -- Rio de Janeiro, 2023. 89 Orientador: Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu. Coorientador: José Ribamar Bessa Freire. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2023. 1. memória. 2. toponímia. 3. rastro. 4. povos indígenas. 5. restauro. I. Maria do Rego Monteiro de Abreu, Regina, orient. II. Ribamar Bessa Freire, José, coorient. III. Título.
------	--

DAVID ABREU LEANDRO

A memória na toponímia indígena

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Aprovada em: Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu - UNIRIO

Orientadora

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire - UNIRIO

Coorientador

Prof.^a Dr.^a Maria Amália Silva Alves de Oliveira - UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Ana Paula da Silva – UERJ

Dedicatória

Este trabalho é dedicado à luta constante dos povos indígenas brasileiros pelas suas existências. Assim como a todos os pesquisadores e apoiadores dessa luta.

Dedico também a minha mãe e avó, Alciléa e Lenita Porto, herdeiras e transmissoras de força e saberes ancestrais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha família pelo suporte e apoio que sempre estão dispostos a partilhar comigo. À minha mãe Alciléa Porto, senhora de uma força tamanha que sempre me inspira e a qual está na presente pesquisa segurando a vassoura. Aos meus irmãos, Dayanna, Derick, Djonatan e Daniel, que exercitam espontânea e prazerosamente a prática de filosofar sobre tudo. Sem dúvida boa parte do meu raciocínio crítico foi treinado aí. E ao meu padrasto Marcos, sempre presente e solícito.

Agradeço também aos amigos-família, aqueles que às vezes escutam mais lamentações minhas do que a família mesmo, me fazendo enxergar soluções quando achava que estas já não existiam mais. Dentre eles, sou muito grato especialmente à Lorena, Fábio, Raphael e Tiago, por dedicarem suas escutas e olhares para este trabalho, e ao Daz8 pelo acolhimento amoroso de sempre.

Sou imensamente grato aos meus orientadores do programa, o professor Bessa Freire e a professora Regina Abreu. Ao primeiro, agradeço por me mostrar o essencial para se desenvolver um bom trabalho e continuar a me mentorear com o seu saber profundo mesmo após sua aposentadoria. À minha orientadora xará de sobrenome, eu agradeço pela firmeza e estímulo, me mantendo na rota quando nem eu mesmo acreditava mais nela.

Agradeço por toda sabedoria que recebi dos meus avós, Lenita e Acyr, os quais muito ensinaram sobre coisas que jamais serão esquecidas por mim.

Agradeço a todas as pessoas que pude conhecer nesse breve e conturbado período de curso. À minha turma, que estive presencialmente pouquíssimas vezes, construindo ainda assim um vínculo. E aos professores e técnicos do programa que se mostraram compreensíveis em um momento tão difícil para a humanidade, lutando para que nossa formação fosse o menos prejudicada possível.

Agradeço a todos os mestres e mestras que tive em meu percurso acadêmico, os quais contribuíram para o meu desenvolvimento intelectual, me oferecendo suas melhores ferramentas nesse processo.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente ajudaram na realização deste trabalho.

RESUMO

LEANDRO, David Abreu. **A memória na toponímia indígena**. 2023. Trabalho de Conclusão de Mestrado (Mestrado em Memória Social) - PPGMS, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O processo histórico dos povos indígenas no contexto brasileiro é marcado por uma série de ataques e mecanismos de apagamento que se deu desde a chegada dos colonizadores europeus, resultando em culturas estilhaçadas, com seus cacos, restos e rastros espalhados por todo o território de diversas maneiras. No período pós-Independência e, logo depois, a Proclamação da República, observa-se como algumas dessas práticas de esquecimento foram tomando corpo devido ao debate identitário nacionalista, buscando métodos que erradicassem a pluralidade racial indesejada na época. Estes resquícios contêm, contudo, a latência de poder restaurar parte desse passado, pois guardam informações que escapam às versões oficiais. Presente em todo o país e conectada, em quase sua maioria, a um tempo que antecede à colonização, a toponímia brasileira criada pela população autóctone é um exemplo de tais rastros, nos quais significados e descrições de um local são extrapolados pelo entendimento que esta ciência onomástica propõe, tornando possível o acesso ao pensamento, modo de organização e práticas de convívio social de tais povos. De posse dessas ferramentas, o topônimo “Guaxindiba” é selecionado para exemplificar os postulados apresentados pelos estudos toponímicos, a fim de apreender os saberes inscritos no referido nome. Uma saga investigativa, na qual são expostos mapas, relatos e escritos antigos, resulta da análise e seleção dessa nomenclatura, revelando dados que aprofundam o sentido e uso do topônimo. Por fim, feixes de uma memória pessoal se encontram com o registro coletivo a respeito do nome examinado, dando indícios de uma rememoração que corta gerações e se materializa em uma vassoura.

Palavras-chaves: memória; toponímia; rastro; povos indígenas; restauro.

ABSTRACT

LEANDRO, David Abreu. **The memory in the indigenous toponymy.** 2023. Final paper for Masters Degree. (Master degree in Social Memory) – PPGMS, Federal University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The historical process of the indigenous people in the Brazilian context is characterized by a series of blows and erasure mechanisms that occurred since the arrival of the European colonizers, resulting in scattered cultures, with their fragments, remains and spoors dispersed throughout the territory in different ways. After the Independence and, later, the Republic Proclamation, it is noted how some of these forgetting practices were taking form due to a nationalist identitarian debate, looking for methods that would eradicate the ethnic plurality unwilling in that period. Those vestiges keep, however, the latency to restore part of this past, because they retain information that escapes from the main version of history. Found all over the country and connected, in almost every case, to a time that comes before the colonization, the Brazilian toponymy created by the autochthon population is an example of such remnants, in which the meanings and the descriptions of a place are extrapolated through the understanding that this onomastic science proposes, bringing to light the thoughts, organizational manners and social practices from the population mentioned. Holding these tools, the toponym “Guaxindiba” is chosen to exemplify the postulates displayed by the toponymic studies, in order to apprehend the knowledge registered in the mentioned name. An investigative saga, in which are exposed maps, reports and ancient texts, results from the analysis and selection of this nomenclature, revealing data that deepen the meaning and the use of the toponym. Concluding, bundles of an individual memory meet the collective register with regard to the examined name, indicating a remembrance that cuts through generations and assumes the form of a broom.

Keywords: memory; toponymy; vestiges; indigenous people; restoring.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Angelus Novus. Obre de Paul Klee.....	30
Figura 2 - Mapa atual da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro.....	59
Figura 3 - Mapa da Baía de Guanabara de 1574 de Luís Teixeira	60
Figura 4 - Recorte do mapa de João Albernaz, O Velho.....	61
Figura 5 - Mapa atual da costa que banha o Espírito Santo entre os rios Doce e Mucuri.	62
Figura 6 - Ocorrências do topônimo “Guaxindiba” e suas variações pelo Brasil.	65
Figura 7 - Guaxinim presente no Brasil, também conhecido por Mão-Pelada.	73
Figura 8 - Sida carpinifolia, “guaxima”.....	75
Figura 9 - Vassoura de feita de guaxima (sida carpinifolia) 1	78
Figura 10 - Vassoura feita de guaxima (sida carpinifolia) 2	79
Figura 11 - Vassoura feita de guaxima (sida carpinifolia) 3	80
Figura 12 - Alciléa Porto com vassoura feita de guaxima (sida carpinifolia) 4.	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de topônimos variantes de “Guaxindiba” e sua distribuição nacional	66
--	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - CACOS COMO VIA	15
1.1 - Panorama histórico e práticas de apagamento.....	15
1.2 - A insistência dos rastros: a inteireza do despedaçado	28
1.3 - Rastro: um limiar entre presença e ausência	35
CAPÍTULO 2 - NO RASTRO DA TOPONÍMIA.....	38
2.1 - A disciplina da Toponímia.....	39
2.2 - Os topônimos de origem indígena no caso brasileiro.....	50
CAPÍTULO 3 - O CASO DE GUAXINDIBA	57
3.1 - Origem e distribuição do topônimo.....	57
3.2 - A guaxima, o guaxinim e a vassoura	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

O que fazer ao notar um caso de perda de memória progressiva? Como impedir que o esquecimento se faça por completo, impossibilitando o reconhecimento das nuances que compõem o próprio sujeito? E quando isso se aplica não apenas a um caso individual mas a um processo coletivo? Estas são algumas das principais indagações norteadoras da presente pesquisa que surgem do incômodo constante e crescente de não poder se conectar com parte do próprio passado, de perder pouco a pouco a noção do legado daqueles que vieram antes.

No Brasil de hoje é realidade quase que de toda a população ter antepassados de origem indígena. A fala recorrente de ter uma avó ou bisavó “pega no laço”¹ está presente em muitos contextos familiares, incluindo a minha, e apesar dessa expressão ter se tornado de alguma forma normal e diria até romantizada, não nos damos conta da verdadeira narrativa que está por detrás dela: sequestro. Este, entretanto, vai muito além de uma captura e apreensão da fisicalidade de tais pessoas, envolvendo também várias camadas de exclusão e esquecimento que transformam esses indivíduos em figuras desbotadas, sem os contornos de quem eram, de suas culturas, de seus modos de ler, perceber e se colocar no mundo. Ao olharmos para historiografia brasileira, entendemos que esse movimento encontra origem e respaldo em práticas que permearam todo o processo colonial, com a manutenção destas mesmo pós-independência, chegando inclusive à contemporaneidade.

O indígena sempre foi colocado como sinônimo de atraso, o que gerou por parte dos colonizadores e, posteriormente, dos brasileiros um enorme esforço para “livrá-los” de tal sina e incorporá-los aos costumes “evoluídos” representados pelo pensamento eurocêntrico. Disso decorreu uma série de práticas que direta e indiretamente contribuíram para o apagamento de diversas culturas indígenas no país, com golpes que vieram de todos os meios possíveis, físicos, institucionais, imagéticos, científicos, historiográficos e etc., acarretando em culturas estilhaçadas, nas quais os cacos ainda estão espalhados em diferentes âmbitos da sociedade brasileira.

E a possibilidade de fazer jus a essa memória despedaçada lampeja justamente nos resquícios, pois esses comportam em si os rastros deixados pelos ataques direcionados a tais indivíduos. Saber ler, reconhecer e identificar esses cacos torna possível o acesso à informações que não foram destinadas ao futuro, mas que sobreviveram ainda assim e, além de revelar outras

¹ Para ler mais sobre essa frase presente em muitas famílias brasileiras: <http://danielmunduruku.blogspot.com/2017/11/minha-vo-foi-pega-laco.html>

versões não-oficiais da história, funcionam como uma fonte de conhecimento sobre pessoas e culturas.

Felizmente no caso brasileiro esses rastros, ainda, são numerosos, ocorrendo em todos o país, identificá-los não se torna um trabalho tão laborioso. Contudo, o cenário muda completamente quando buscamos um aprofundamento em determinado vestígio, exigindo uma perspicácia apurada para obter-se mais informações do que apenas “de origem indígena”.

Com isso em mente, nos voltamos para o que talvez seja o rastro oriundo dos povos originários que tem mais expressão no território nacional: a Toponímia. Essa complexa manifestação antro-sociocultural opera satisfatoriamente na empreitada de leitura dos rastros, uma vez que através do fenômeno linguístico, no caso da nomeação de locais, podemos adentrar um universo de dados que reflete campos do saber como a antropologia, sociologia, geografia, história, arqueologia, biologia, entre outros.

Um topônimo é um pedaço de memória fixado, à princípio, às estruturas linguísticas, que por sua vez estão atreladas ao processo de concepção de um grupo social sobre a realidade. Acessá-los, no contexto indígena brasileiro, é poder restaurar parte de um passado em vias de esquecimento.

O primeiro capítulo da presente pesquisa, intitulado “Cacos como via” tem por objetivo apresentar a problemática que dá origem às questões norteadoras do trabalho. Dividida em três subcapítulos, o texto se baseará na imagem dos cacos e dos rastros enquanto representação de um processo histórico ao qual os povos indígenas no contexto brasileiro foram submetidos.

Assim, no subcapítulo “1.1 - Panorama histórico e práticas de apagamento”, abordaremos questões e atividades político-sociais vinculadas ao embate entre o processo de formação de uma identidade nacional e o impacto causado por esta nos povos originários que habitavam o Brasil. Apesar da relação entre colonizador e colonizado ter se iniciado anos antes de se existir a possibilidade da região ser entendida como nação, e que sem dúvida foi um período também extremamente influente no destino e no modo como os povos indígenas seriam entendidos e tratados posteriormente, optamos por nos debruçarmos sobre esse relevante momento de transição onde o país deixa de ser uma colônia para se tornar Império e logo em seguida uma República. Em tais momentos é possível identificar ações decisivas na manutenção das culturas e identidades dos povos indígenas que contribuíram efetivamente para uma desintegração de suas práticas de existência e memória. O trabalho desenvolvido por Fernanda Sposito nos auxiliará nesse panorama, ambientando o cenário que se deu durante tal período. Apresentaremos também de que maneira o pano de fundo científico da época influenciou visões

sobre a questão racial brasileira e o tipo de pensamento que foi desenvolvido para lidar com a problemática. Para isso, nos baseamos nos trabalhos do professor Kanbegele Munanga e Lília Schwarcz.

Uma vez exposto o cenário político-social que contribuiu para o desmantelar da culturas indígena no contexto brasileiro durante parte do século XIX e início do XX, seguiremos no subcapítulo “1.2 - A insistência dos rastros: a inteireza do despedaçado” aprofundando conceitos-chave que ampliarão uma metodologia da pesquisa. As palavras “rastro, vestígio, caco, estilhaços, ruínas” são postas em análise sob perspectivas de autores como Aleida Assmann, Jeanne-Marie Gagnebin, Walter Benjamin, Davi Kopenawa, entre outros, com o fim de detalhar todas as questões vinculadas ao rastro no contexto da memória e também procurando explicitar como os tipos de uso que é possível fazer dos rastros favorecem uma ferramenta aplicável na ideia de restauração ou rememoração de um passado desbotado.

No subcapítulo “1.3 - Rastro: um limiar entre presença e ausência” buscaremos expor a tensão entre os binômios passado/presente, memória/esquecimento e presença/ausência, revelando o lugar de mediação que os resquícios e rastros ocupam e como esse posicionamento dialoga com uma tentativa de recomposição de uma presença passada.

O capítulo 2 intitulado "No rastro da Toponímia" também é ramificado, dividindo-se em dois subcapítulos, e agrega à discussão os estudos da toponímia enquanto atividade ligada ao cerne do trabalho de pesquisa. A toponímia aqui é exemplificada e debatida enquanto uma prática efetiva de rememoração e investigação dos vestígios.

No primeiro subcapítulo, intitulado "2.1 - A disciplina da Toponímia" trataremos de apresentar a toponímia como prática científica e seu percurso histórico-acadêmico. O trabalho da professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick no que diz respeito à temática dos topônimos tem forte destaque nesse momento da pesquisa, uma vez que esta produziu um vasto material, dedicando-se por anos ao estudo da disciplina. A abordagem de Dick vai de encontro com o foco da pesquisa, complementando-a com estudos e perspectivas que ancoram o desenvolvimento do tema através de exemplos e discussões sobre a relação da toponímia com a organização social.

Seguindo, entramos no segundo subcapítulo “2.2 - Os topônimos de origem indígena no caso brasileiro” com o objetivo de desenvolver uma aproximação entre os dois tópicos que solidificam o trabalho. Após apresentar detalhadamente os modos de operação dos rastros e os topônimos, ambos conectados à memória, estabeleceremos uma análise dos usos do estudo da toponímia enquanto uma eficaz atividade ligada ao ato de restaurar ou rememorar partes de um

passado despedaçado. O objetivo é discorrer sobre os topônimos enquanto um estudo aprofundado e já aplicado de uma metodologia que considera os rastros como matéria prima para a identificação e leitura da história. Especificamente, trataremos das toponímias de origem indígena e o que se tem até o momento de propostas de leitura e interpretação da mesma. Para isso, Vicentina Dick continuará como uma base segura de análises, uma vez que em seu trabalho há uma grande parte dedicada ao tema, porém contataremos também trabalhos de outros autores, como Teodoro Sampaio, voltados para a mesma questão ou que tratam dos tópicos que tangenciam o assunto como a linguística e os estudos de tupi.

O último capítulo, intitulado “3 - O caso de Guaxindiba”, apanha cada parte da pesquisa que foi apresentada, os conceitos, aplicações, exemplos, análises e etc., e os compila no estudo de um caso particular subdividindo-se em dois subcapítulos. Nessa parte da pesquisa evidenciaremos como através de resquícios fonéticos, dados geográficos, a botânica e a memória, é possível lançar uma luz ao passado para descobrir áreas até então veladas e por consequência entender melhor também o ambiente do presente e, assim, poder fazer projeções para o futuro. Assim, no subcapítulo “3.1 - Origem e distribuição do topônimo” apresentaremos o topônimo “Guaxindiba” como o recorte do trabalho, percorrendo as referências histórico-documentais a respeito deste, a fim de localiza-lo no tempo, o que conseqüentemente irá repercutir na sua distribuição espacial atual. A proposta é assegurar a duração assumida pelo topônimo em questão, transparecendo como o entendimento das estruturas linguísticas auxiliam nesse processo.

Os resultados obtidos desembocam no subcapítulo “3.2 - A guaxima, o guaxinim e a vassoura”, no qual buscaremos decifrar o sentido vinculado ao nome “Guaxindiba”. Nesse momento noções linguísticas, assim como os estudos do tupi antigo especificamente, serão de grande importância para estreitarmos o significado atribuído pelo povo que utilizou tal nomenclatura. Através do topônimo “Guaxindiba”, iremos observar de perto como uso dos rastros pode ser usado na reelaboração de memórias, trazendo fatos históricos de origem pessoal e não oficial, como relatos de vivências em âmbito familiar, assim como dados oficiais produzidos por versões destinadas ao corpo social brasileiro. Tal conjunção nos permitirá entender o valor e a seguridade do trabalho no que diz respeito à manutenção e cuidado da memória coletiva. Nesse sentido, rastrear o passado é também um cuidado para com o que está por vir.

CAPÍTULO 1 - CACOS COMO VIA

1.1 - Panorama histórico e práticas de apagamento

As terras brasileiras durante muito tempo foram parte da existência dos povos indígenas que a habitavam sob diferentes modos de conceber e se relacionar. A história mostra que grande parte dessa diversidade cultural foi dizimada, apagada ou assimilada pelo processo colonial que perdurou séculos. Muitos povos conseguiram, e ainda conseguem, resistir a esse conflito, outros, infelizmente, tiveram suas histórias e memórias soterradas, deixando entretanto pistas sobre quem foram, o que eram e sob que perspectiva viam o mundo.

Até o momento de finalização da presente pesquisa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) planejava divulgar o censo de 2022 em meados de Junho de 2023², por esse motivo apresenta-se aqui o censo de 2010. Este aponta que em toda região brasileira a população indígena estava em torno de 817 mil. Dentro dessa quantia, distribuía-se 256 povos divididos entre moradores de cidade e rural, os quais apresentavam mais de 270 línguas diferentes³. O mesmo Órgão apresenta o número de 3 milhões de índios na época da chegada dos colonizadores em 1500. Cunha (2012), apresenta um gráfico com os dados demográficos elaborado por especialistas das populações indígenas brasileiras e ameríndias pré 1500. Apesar dos especialistas apontados divergirem quanto ao número exato, todos concordam que a quantia era acima dos milhões, indo de 1 milhão para alguns até 11,25 milhões para outros. (CUNHA, 2012, p. 16)

Na série documental “Guerras do Brasil.doc”, dirigida por Luiz Bolognesi, cinco momentos da história do Brasil são selecionados e apresentados cada um em um episódio, detalhando grandes conflitos pelos quais, desde o contato com os europeus, se sucedeu na região. No primeiro episódio, denominado “As Guerras da Conquista”, é apresentado o panorama histórico, através das falas de antropólogos, historiadores e indígenas, que se passa nos anos iniciais da chegada dos europeus. O enfoque desse episódio é principalmente como se deu a relação do colonizador com os povos nativos que habitavam as terras e seus impactos até os dias atuais. No que concerne à demografia presente até o contato com os invasores, é apresentado uma quantia de 8 a 40 milhões de pessoas habitando a região. Por mais que exista divergência sobre o número exato ou a variação desse contingente, todos os quantitativos

² Uma prévia do censo ainda a ser divulgado traz o quantitativo de 1.652.876 de pessoas indígenas no território brasileiro até 2022. Para ler mais: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2023-04/censo-registra-1652876-pessoas-indigenas-no-brasil>

³ Fonte: <https://indigenas.ibge.gov.br/>

apresentados se comparados com os dados de hoje apontam para um dos maiores massacres da humanidade. O antropólogo Carlos Fausto, um dos convidados a abordar o tema do primeiro episódio, fala da falta da dimensão do fato de que “talvez tenha sido proporcionalmente na história da humanidade um dos maiores holocaustos populacionais que a gente tem notícia.” (FAUSTO, 2019)

Tomando como base os dados do IBGE, um Órgão oficial responsável por divulgar e disponibilizar as informações para a população, os povos nativos sofreram desde a chegada dos colonos uma perda populacional de aproximadamente 73%, restando por volta de ¼ do que um dia já foi.

Essa vertiginosa queda na demografia da população indígena se deu, sobretudo, através dos assassinatos em si, a morte física que foi praticada de diversas maneiras, exibindo por vezes até uma certa criatividade na execução. Uma prática, por exemplo, ocorrida no estado do Amazonas, era presentear-los com roupas e tecidos infectados com doenças como varíola e outras ainda novidade para o sistema imunológico indígena⁴. Além dessa, havia obviamente a morte em conflitos diretos, as guerras justas e as mortes através do processo de escravização.

Contudo outras maneiras de fazer os números do censo diminuírem com práticas que não envolvem necessariamente a morte física, mas um desaparecimento político e mecanismos de apagamento, foram utilizados pelos mais diversos fins e também produziram uma significativa redução no quantitativo de nativos. As constantes proibições das manifestações de suas próprias culturas, desde o não uso dos nomes indígenas até a proibição do uso da língua, gradativamente foi levando as pessoas a abandonarem suas tradições e identidades a fim de evitar os conflitos e até mesmo de preservar sua própria vida.

Ainda na série documental de Bolognesi, Sônia Guajajara, indígena da etnia guajajara e ativista, fala sobre essa questão afirmando:

Muitos de nós era proibido de falar a língua, era proibido de assumir um nome indígena por exemplo né. Tinha que negar pra poder ser aceito. Então muita gente negou sua própria identidade né, pra poder evitar o preconceito ou mesmo pra evitar ser morto. (GUAJAJARA, 2019)

Em um elucidativo ensaio sobre ideias errôneas, e por vezes preconceituosas, o professor Bessa Freire aponta cinco principais equívocos construídos desde o contato com os europeus sobre os povos indígenas brasileiros que permanecem até os dias atuais. Com sua escrita irreverente e perspicaz, o professor vai desconstruindo cada um desses equívocos,

⁴ Para ler mais sobre: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/1586-naturalistas-e-indios-a-vida-numa-terra-sem-floresta>

citando a riqueza que os povos originários trazem consigo nas suas diversas manifestações culturais.

No quarto equívoco intitulado “Os índios pertencem ao passado”, Freire toca na questão do extermínio e apagamento dos indígenas ao longo do processo colonial e pós-colonial, mencionando o ato de “civilizar” como mote da destruição de suas diferentes culturas.

Os portugueses, primeiro, e depois os brasileiros, durante cinco séculos acreditaram que os índios eram atrasados e que portugueses e brasileiros representavam a civilização. Portanto, a nossa obrigação era civilizá-los, ou seja, fazer com que eles deixassem de ser índios e passassem a ser como nós. Ocorreu um verdadeiro massacre durante esses 500 anos, com o extermínio de muitas etnias. Os índios ficaram relegados, como pertencentes a um passado incômodo e distante do Brasil. (FREIRE, 2016, p. 18-19)

A questão da civilização dos indígenas sempre pairou como justificativa principal para a integração destes ao mundo ocidental, o que acarretava, na maioria das vezes de forma intencional, no apagamento de suas identidades. Tal operação esteve presente desde o contato, primeiro com os europeus e depois com os próprios brasileiros, como apontou o professor Freire. Interessa a pesquisa, entretanto, especificamente se voltar para o século XIX, o qual é marcado por uma série de grandes mudanças no governo do país, começando por deixar de pertencer a uma outra nação e assumir sua própria administração monárquica para pouco tempo depois se tornar uma república. Tais momentos impactaram também o modo como a questão indígena era tratada e como ela iria corresponder aos novos ideais que emergiram com cada momento desse período.

Fernanda Sposito, na primeira parte de seu livro “Nem cidadãos, nem brasileiros - Indígenas na formação do estado nacional brasileiro”, detalha a problemática indígena durante o período imperial, reunindo os acontecimentos que culminaram na primeira lei que dizia respeito a colonização dos nativos vivendo no território sob o domínio da nação recém emancipada. A autora analisa de forma profunda se houveram e quais foram as propostas elaboradas, a cunho nacional, voltada para os povos indígenas desde a primeira Constituição do império, desenhando o tipo de pensamento institucional e intelectual, através das falas de deputados e políticos, que pairava na época para lidar com a questão.

Logo após a separação política de Portugal, o debate sobre um dos primeiros textos que iria compor a Constituinte do país esbarrava numa problemática enfrentada pela maioria dos países com passado colonial: uma geografia ocupada por membros da sociedade de origens e com posições sociais diversas. Assim, “aos grupos dirigentes imperiais coube a tarefa de definir os membros da nação, estabelecendo quem possuiria direitos sociais, quem teria direitos

políticos e, ainda, aqueles que não cabiam nesse modelo social, como escravos e indígenas.” (SPOSITO, 2006, p. 23).

Para Sposito, o que estava em evidência durante esse processo de definição do corpo cívico brasileiro era a cidadania e à quem ela cabia. Citando uma fala do deputado Manoel José de Souza França, a autora expõe duas visões pelas quais a noção de cidadania estava sendo proposta para se pensar o caso do Brasil. Por um lado tinham-se os brasileiros, pessoas nascidas sob o território, e do outro haviam os cidadãos brasileiros, sendo aqueles que usufruíam dos direitos cívicos. Não necessariamente um título garantia o outro, como no caso dos nascidos de pessoas escravizadas, tidos como brasileiros, mas de forma alguma como cidadãos.

Já os indígenas, nem cidadãos, nem brasileiros seriam segundo essa aceção, pois, além de não pertencerem à sociedade civil, não compartilhavam nem mesmo os valores da cultura ocidental, estando, portanto, fora dos planos político e social que se delinearam. (SPOSITO, 2006, p. 19)

Apesar do detalhado trabalho investigativo da autora nas fontes referentes à época, pesquisas mais recentes desfazem, contudo, essa afirmação sobre a não concessão da cidadania à todos os indígenas no período imperial. Em um artigo de 2012, Vania Maria Lousada Moreira, esclarece que não é possível afirmar a exclusão total dos povos indígenas do pacto político no pós 1822, “afinal, a situação jurídica dos índios pode ter ficado incerta e sob disputa, mas isso não significa que eles ficaram de fora do pacto político do período.” (MOREIRA, 2012, p. 272). O ponto de concordância entre os principais pesquisadores da problemática indígena durante as primeiras décadas do Império é explicitado por Manuela Carneiro da Cunha ao afirmar que os indígenas eram entendidos pelas camadas intelectuais e políticas do período através de duas categorias: os “bravos” e “domésticos ou mansos” (CUNHA, 1992, p. 136). Ambas classificações estiveram inclusive presentes nos debates da Assembleia de 1823, através das falas de políticos que colocaram o tratamento das questões indígenas como de grande importância para se pensar a nação recém emancipada.

Os constituintes de 1823 insistiram no argumento de que existiam no território do Império dois tipos diversos de índios, os ‘bravos’ e os ‘domesticados’, e cada um deles exigia um enfoque político diferente. Em relação aos ‘bravos’, sugeriu-se que eles precisavam ser, primeiro, ‘civilizados’ e integrados à sociedade para, depois, gozarem dos direitos políticos de cidadãos. Quanto aos índios ‘domesticados’, não se disse muito sobre eles na Constituinte. Mas o pouco discutido desenvolveu-se no sentido de considerá-los homens livres e nascidos no território brasileiro, por isso mesmo plenamente capazes de gozarem do título de cidadãos brasileiros. (MOREIRA, 2012, p. 273)

Assim, por mais que houvessem sim pessoas indígenas que eram consideradas cidadãs brasileiras, não era um status aplicável à todos os povos indígenas, pois para aqueles considerados os “bravos”, a cidadania ainda havia de ser conquistada através da retórica da “civilização”. O que estava em jogo neste discurso, porém, era a tentativa de integração dos povos indígenas aos valores e práticas ocidentais que segundo Cunha serviam também ao propósito de apropriação de terras por parte do Império.

Nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de se apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes de expansão ou nas rotas fluviais a serem estabelecidas, faz-se largo uso, quando se o consegue, do trabalho indígena, mas são sem dúvida a conquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos os motores do processo. (CUNHA, 1992, p. 133)

Desse modo, logo nos primeiros passos do estabelecimento do país enquanto nação era reservado aos indígenas uma cidadania parcial, sendo necessário para alguns se submeter às práticas que os tornariam sujeitos civilizados. Entretanto, uma vez entendendo as condições pelas quais os povos da terra estavam inseridos, o que vale ressaltar que ainda era passíveis de escravização, e o relacionamento com o sistema governamental, compreende-se que tal ascensão era extremamente difícil e custava, inclusive, o abandono da própria identidade dos indivíduos.

De qualquer forma, os indígenas, cativos ou não, só estariam dentro da sociedade nacional uma vez que estivessem imbuídos da cultura ocidental, abandonando seus hábitos de origem, como idioma, vestuário, religião. Isso implica que eles poderiam compor a nação à medida que deixassem de ser justamente o que eram: indígenas. (SPOSITO, 2006, p. 26)

Ainda que tais debates acerca da situação e o trato com os povos indígenas tivessem percorrido boa parte do Primeiro e Segundo Reinado, apenas em 1845 uma lei geral seria publicada com orientações para a civilização e colonização dos indígenas.

Alguns anos mais tarde a questão indígena ganha uma atenção através de um movimento significativo nascido de uma outra camada social pensante. Este também atuou expressivamente nessa relação dos povos indígenas com a formação de uma identidade nacional durante as décadas seguintes pós-independência, desta vez contribuindo para a construção do imaginário de quem seria esse povo que não é mais o português. Isso se deu efetivamente com as produções literárias da época, as quais iriam tomar uma figura do “verdadeiro” nativo do Brasil, ainda que tal representação se distanciasse muito da realidade a qual fazia menção.

Para os homens do XIX, a invenção do nacional passava pela exaltação das características indígenas, uma vez que eram elas que diferenciavam o português do brasileiro. Foi essa mescla de sangue aborígene com o sangue luso que tornaram o brasileiro um tipo ideal, segundo pregava a literatura romântica, idealizando um passado mítico. Se os autores nacionais tentavam buscar as raízes da nacionalidade na colônia, pensando-a como uma linha contínua até o presente, não podiam se apoiar no colonizador, que era português. Assim, inspirar-se nos indígenas - que foram muito mais antagônicos ao projeto colonial do que seus agentes - era mais coerente com a visão construída sobre as origens da nação na colônia. (SPOSITO, 2006, p. 37)

“Iracema” e “A Confederação dos Tamoios” são exemplos marcantes dessa literatura exaltadora do índio publicada a partir da segunda metade do século XIX. Contudo, como analisa Sposito, a exaltação dos indígenas em tais trabalhos funcionava inversamente aos propósitos, interesses e condições dos indígenas que ainda permeavam as terras brasileiras na época. Serviam, na verdade, aos fins civilizatórios e ao projeto de uma identidade nacional que não queria se resumir apenas à origem lusitana. Assim, “a exaltação de algumas características da cultura autóctone era feita de maneira completamente distorcida, não levando em conta a diversidade das etnias nativas, cada qual com aspectos culturais próprios.” (SPOSITO, 2006, p. 37).

A idealização feita pelos autores românticos deformava elementos da cultura indígena, imputando-lhe características que estavam mais relacionadas à forma como os descendentes dos colonizadores viam a si próprios, do que com a efetiva realidade dos aborígenes. (SPOSITO, 2006, p. 38)

Se detendo nesses apontamentos das autoras acima, o processo de apagamento observado na relação do Estado com os povos indígenas a partir da sua independência se torna mais visível. Num primeiro momento do Império, é constatada uma inclusão parcial dos indígenas na noção de cidadania pertinente à época, mantendo de fora dessa perspectiva aqueles grupos considerados “não mansos”. Sendo a desvinculação e o esquecimento de suas culturas a condição para ajudar, mas não garantir, na reversão desse quadro. Mais à frente, já no período regencial, a causa indígena ganha corpo, sobretudo após a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e suas publicações, influenciando consideravelmente a literatura indianista que fez uso de uma imagem errônea e desatualizada do indígena em prol da construção de uma nacionalidade brasileira. Em ambas as situações o indígena se torna invisibilizado ou em vias de.

Todos esses acontecimentos culminam no Decreto de 1845, o qual dispõe de uma regulamentação nacional destinada a lidar com os povos nativos do território, visando transformá-los em cidadãos. Sposito explicita como essa lei combinou elementos do Diretório Pombalino de 1755 com as práticas de colonização jesuítica, usando o método de conversão e

catequese com medidas que incentivavam a incorporação dos indígenas ao pensamento e cultura ocidentais. Um desses métodos presente tanto no Diretório quanto em propostas nos primeiros anos da Independência reforçava a mestiçagem entre indígenas e brancos em uma lógica de embranquecimento e apagamento a longo prazo.

No entanto, dentro das barreiras sociais e econômicas, os indígenas, enquanto tais, jamais poderiam ser cidadãos. Só o poderiam depois que estivessem civilizados, vivendo na sociedade civil, o que indicaria que não mais fossem indígenas. Mesmo assim, esse era um projeto demorado, que estava dentro da perspectiva de miscigenação entre brancos e aborígenes, já proposta por Bonifácio em 1821 e até mesmo por Pombal em 1755. (SPOSITO, 2006, p. 74)

Aqui encontra-se uma menção a um mecanismo estatal que se debruça, com a Proclamação da República, ainda mais na mestiçagem como solução possível para a edificação de uma identidade nacional que desviasse do problema racial constatado no país. Essa questão identitária, muito presente durante esses momentos de transições, nos quais o surgimento de um Estado-nação desponta com o fim da monarquia portuguesa e posteriormente do Império, influencia de forma direta em medidas que, buscando um ideal de unificação, contribuíram massivamente para o estilhaçar das diferentes culturas que permeavam o país.

“O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional.” (MUNANGA, 1999, p. 51), fazendo-se necessário elaborar ainda mais a nação recém nascida em termos de unidade, o que conseqüentemente esbarrava na grande questão do que havia se construído enquanto Brasil até o momento: um ampla diversidade de povos e culturas, tendo os povos africanos, indígenas e os portugueses como principais pilares dessa construção. Como era possível pensar uma unidade nacional, um sentimento de nação, com povos tão distintos com crenças e práticas tão diversas?

O professor Kabengele Munanga em seu livro “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil”, apresenta os principais movimentos políticos e intelectuais que colaboraram para que perspectivas racistas se espalhassem entre as instituições brasileiras numa direção que contribuiu veementemente para o apagamento das culturas indígenas e negras. Na obra, o autor aborda as questões ligadas à raça e a formação de uma projeção de identidade nacional pela elite intelectual da época.

Um dos problemas que entram nos debates das elites intelectuais brasileiras sobre a formação de uma nação dizia respeito ao sujeito, ou melhor, às características pelas quais o indivíduo brasileiro seria identificado como tal. Para se ter um representante de uma nação, a

cara que aquele povo viria a ter, era necessário pensar, e também projetar, sobre as configurações do país.

Como acontece geralmente na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros de pensamento na ciência européia ocidental, tida como desenvolvida, para poder, não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu país, mas também e sobretudo propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial. (MUNANGA, 1999, p. 50)

Assim, buscando nos países europeus os modelos de pensamento que elevariam o patamar da ex-colônia, a intelectualidade brasileira acaba por incorporar as tendências científicas e sociais propostas por tais países. Acontece que nesse mesmo período figuravam entre tais países europeus as teorias raciais produtoras de visões racistas que perduraram por anos e tiveram significativo impacto nos grupos com minoridade política. Tais teorias chegaram também no Brasil e justamente no momento de se pensar a identidade coletiva que o país tomaria.

Em “O espetáculo das raças” de Lilia Schwarcz, observa-se a cadência histórica que desembocou nestas teorias raciais predominantes na virada do século XIX para o XX, onde os conceitos sobre raça adentram inúmeros campos científicos. A autora, desenvolvendo os acontecimentos antecessores de tal período, aponta para as duas vertentes de pensamento surgidas na época ligadas à raça. “De um lado, a visão monogenista, dominante até meados do século XIX, congregou a maior parte dos pensadores que, conformes às escrituras bíblicas, acreditavam que a humanidade era una.” (SCHWARCZ, 1993, p. 48), significando a inexistência de diferentes tipos, ou raças, entre os humanos, porém pensando as diferenças da “humanidade como um gradiente - que iria do mais perfeito (mais próximo do Éden) ao menos perfeito (mediante a degeneração), sem pressupor, num primeiro momento, uma noção única de evolução.” (SCHWARCZ, 1993, p. 48).

Essa verdade passa a ser questionada por alguns autores em meados do século XIX com a expansão e aprofundamento das ciências biológicas, originando uma nova teoria sobre os diferentes tipos de humanos. “Partiam esses autores da crença na existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas.” (SCHWARCZ, 1993, p. 48), levando ao surgimento de uma visão poligenista com o intuito de ler e explicar as diferenças raciais.

A versão poligenista permitiria, por outro lado, o fortalecimento de uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais. Esse tipo de viés foi

encorajado sobretudo pelo nascimento simultâneo da frenologia e da antropometria, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos. (SCHWARCZ, 1993, p. 48-49)

Acontece que durante esse mesmo século é publicado “A origem das espécies” de Charles Darwin, revolucionando os paradigmas da biologia com sua teoria da evolução das espécies, impactando obviamente as correntes de pensamento sobre as diferenças raciais. A proposta darwinista conseguiu congrega tanto os defensores monogenistas, quanto poligenistas, uma vez que servia, em determinados aspectos, à ambas interpretações.

De um lado, monogenistas como Quatrefage e Agassiz, satisfeitos com o suposto evolucionista da origem una da humanidade, continuaram a hierarquizar raças e povos, em função de seus diferentes níveis mentais e morais. De outro lado, porém, cientistas poligenistas, ao mesmo tempo que admitiam a existência de ancestrais comuns na pré-história, afirmavam que as espécies humanas tinham se separado havia tempo suficiente para configurarem heranças e aptidões diversas. A novidade estava, dessa forma, não só no fato de as duas interpretações assumirem o modelo evolucionista como em atribuírem ao conceito de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural. (SCHWARCZ, 1993, p. 55)

Para os cientistas poligenistas, entretanto, a questão da miscigenação ganha uma intensificação com os postulados de Darwin, resultando mais tarde em teorias racistas determinantes adotadas por países europeus, pelos Estados Unidos e até pelo Brasil. Segundo os defensores dessa visão os mestiços eram exemplos da “diferença fundamental entre as raças e personificavam a "degeneração" que poderia advir do cruzamento de "espécies diversas".” (SCHWARCZ, 1993, p. 56).

Para os poligenistas, seleção natural implicava pensar na degeneração social, assim como as leis da natureza chegavam aos homens de forma determinista e premonitória, sobretudo quando se tratava de pensar no impacto que a questão da raça teria sobre as diferentes experiências nacionais. (SCHWARCZ, 1993, p. 57)

Essas ideias pouco a pouco foram pavimentando a estrada que levaria ao surgimento da Eugenia, influenciando diretamente nas políticas voltadas para o manejo da questão racial nos diferentes contextos dos países. Schwarcz aponta o nascimento do darwinismo social, uma escola de pensamento determinista, como embrião para os ideais eugenistas, o qual tinha como princípios, por exemplo, a crença de que as raças humanas constituíam por si fenômenos finalizados, completos, e que a transmissão de características adquiridas não era possível, resultando em uma abominação do ato de miscigenação, uma vez que tal prática tornaria as raças “evoluídas” mais impuras. “As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de "tipos, puros" - e portanto não sujeitos a processos de miscigenação -

e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social.” (SCHWARCZ, 1993, p. 58).

Esse saber sobre as raças implicou, por sua vez, um “ideal político”, um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores, que se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social — a eugenia — , cuja meta era intervir na reprodução das populações. O termo “eugenia” — *eu*: boa; *genus*: geração — foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton. Galton, na época conhecido por seu trabalho como naturalista e como geógrafo especializado em estatística, escreveu seu primeiro ensaio na área da hereditariedade humana em 1865, após ter lido *A origem das espécies*. Em 1869 era publicado *Hereditary genius*, até hoje considerado o texto fundador da eugenia. (SCHWARCZ, 1993, p. 60)

Dessa forma, é também sob esse panorama ideológico e social que políticos, cientistas e pensadores vão analisar a sociedade brasileira pós Império e escravidão e propor suas visões e soluções para os problemas que se apresentam rumo à ascensão para se tornar desenvolvida.

Retornando ao trabalho do professor Munanga, este apresenta alguns pontos de vista e argumentos de intelectuais dessa época que influenciaram o pensamento e as políticas brasileiras. No decorrer do capítulo II, intitulado “A mestiçagem no pensamento brasileiro”, o autor vai expondo as ideias expressas por pensadores em relação à questão racial de forma global e especificamente no caso brasileiro, deixando nítida a existência de dois modos de perceber o caso da miscigenação no Brasil. De um lado, haviam pensadores que acreditavam que a mestiçagem poderia ser um bom caminho para se chegar em uma unidade identitária e cultural para a nação, uma vez que mesmo sendo uma mistura entre raças “superiores” e “inferiores”, com o contínuo cruzamento era possível alterar esse quadro. Já outros acreditavam que as pessoas nascidas do contato de raças eram psicologicamente e biologicamente inferiores, vendo a miscigenação como algo a ser evitado o máximo possível.

Entretanto, “todos, salvo algumas exceções, tinham algo em comum: influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início deste, eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra e na degenerescência do mestiço.” (MUNANGA, 1999, p. 52). Dentre tais pensadores então convergia a ideia de que existia sim uma hierarquia evolutiva entre as ditas raças humanas e que os brancos, ou arianos, seriam o topo dessa linha evolutiva, tornando o povo negro e o vermelho (os indígenas) em pessoas biologicamente inferiores. Logo, o Brasil já se encontrava em desvantagem na corrida para a ascensão do status de nação desenvolvida, uma vez que um grande contingente de sua população era composta por negros e indígenas.

Curiosamente, a principal via escolhida pela maioria dos intelectuais da época para lidar com o problema foi exatamente o incentivo à miscigenação, ao contrário do que fizeram muitos países como os Estados Unidos que intensificaram a separação entre as raças chegando elaborar, por exemplo, leis de proibição de matrimonial interracial, as “miscigenation laws” que viriam a cair na maioria dos estados apenas em 1967.

A mestiçagem começa a figurar um papel importante nas decisões sobre o rumo do Brasil, pois ela poderia ser o método que diminuiria ou até mesmo faria desaparecer o “atraso” ao qual o Brasil estava vinculado. Os intelectuais passam a falar então em branqueamento da população, ou seja, uma forma de eliminar da nação os traços das raças tidas como inferiores. Traços não apenas físicos, mas culturais. Alguns chegaram até projetar o quantitativo de gerações necessárias para se chegar a um branqueamento total da população.

“Todo brasileiro é um mestiço, quando não é no sangue, o é nas idéias”. Mas, não é por isso - completa - que o Brasil será uma nação de "mulatos", porque na mestiçagem a seleção natural faz prevalecer, após algumas gerações, o tipo racial mais numeroso que no caso do Brasil é a raça branca, graças à intensificação da imigração européia, ao fim do tráfico negreiro, ao decréscimo da população negra após a abolição e ao extermínio dos índios. Dentro de dois ou três séculos, a fusão entre as três raças será talvez completa e o brasileiro típico, mestiço, bem caracterizado. Fica claro para nós que a mestiçagem, no pensamento de Romero, representa apenas uma fase transitória e intermediária no pavimento da estrada que levaria a uma nação brasileira presumidamente branca. (ROMERO apud MUNANGA, 1999, p. 52-53)

Como pode-se observar no pensamento de Sílvio Romero, um fator que sem dúvida vinha de encontro a esses ideais era a forte imigração europeia facilitada pelo o governo brasileiro, onde um grande contingente de pessoas de diferentes países europeu aportaram no país no início do século XX. Tais pessoas desempenharam um papel fundamental na busca pelo branqueamento da nação. O intuito sempre foi claro, entre tais pensadores, que a mestiçagem serviria não para a formação de um país pluricultural e étnico, mas sim para se livrar de tudo aquilo que se distanciava dos ideais de superioridade encontrados na cultura dos brancos.

Contudo, nem todos os pensadores desse período que estavam debruçados sobre a formação nacional convergiam para a miscigenação como solução, dando brecha para ideias que se fossem institucionalizadas, os contornos sociopolíticos brasileiro teriam mudado drasticamente. É o caso do autor Raimundo Nina Rodrigues, também apontado por Munanga, que “contrariando a maioria da elite, ele não vê no mestiço um caminho que levasse mais cedo ou mais tarde a um Brasil branco.” (MUNANGA, 1999, p. 56).

Rodrigues desacredita no tipo de posicionamento tomado por Sílvio Romero, afirmando que nada de bom adviria de uma população emergida da mestiçagem, uma vez que esta poderia

gerar indivíduos psicologicamente inferiores devido ao atavismo. Ao invés, era necessário intensificar os limites entre as diferenças raciais, no intuito de evitar que as “raças superiores” existentes no Brasil pudessem gerar descendentes inferiores e o meio pelo qual o autor vai propor tais medidas é através do aparelho jurídico e do código penal, pois segundo o autor “as características raciais inatas afetam o comportamento social e deveriam, por isso, ser levadas em conta pelos legisladores e autoridades policiais.” (MUNANGA, 1999, p. 56).

Sendo dadas as desigualdades entre as raças, seriam necessárias modificações na responsabilidade penal. A regra do contrato na sociedade brasileira, que considera todos os indivíduos iguais perante a lei, que é uma medida de defesa social, converte-se em pura repressão: índios, negros e mestiços não têm a mesma consciência do direito e do dever que a raça branca civilizada, porque ainda não atingiram o nível de desenvolvimento psíquico, seja para discernir seus atos, seja para exercer o livre-arbítrio. (MUNANGA, 1999, p.54)

Dessa forma então “aos negros e índios deveria ser atribuída uma responsabilidade penal atenuada e aplicado um código penal diferente daquele da raça branca superior.” (MUNANGA, 1999, p. 56), medida que se tivesse sido concretizada teria talvez levado o Brasil a um contexto semelhante ao Apartheid. Felizmente tais propostas não vingaram, não deixando, contudo, de ser mais um ponto de influência e referência para se pensar a questão racial brasileira, ajudando a formatar ideias no pensamento coletivo.

A relação da mestiçagem com a formação de uma identidade nacional brasileira perdura por um bom tempo entre os intelectuais, adquirindo novos contornos com o passar do tempo. Além de Nina Rodrigues e Sílvio Romero, o professor Kabengele Munanga expõe o pensamento de mais alguns destes intelectuais, ilustrando o enraizamento e as consequências de suas propostas no corpo social do Brasil. O efeito destas propostas que tomaram a miscigenação como ponto de partida resultou em uma política de apagamento silenciosa, expressa através de uma ideia de igualdade racial que passa se concretizar a partir de 1930, sobretudo com o trabalho de Gilberto Freyre.

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são "expropriadas", "dominadas" e "convertidas". (MUNANGA, 1999, p. 80)

É neste cenário que mais um golpe é direcionado à população indígena. É claro que a preocupação maior na época era com a população negra, pois estes eram considerados ainda mais inferiores que os indígenas, mas isso não facilitou as coisas para os povos da terra. A academia carece ainda de um trabalho que enfoque especificamente os impactos dos ideais eugênicos e uma política de branqueamento na população indígena nesse primeiro período da República, porém é possível notar de forma tangencial, nas exposições acima, que estes não estavam fora do projeto de assimilação proposto pelos intelectuais da época.

Todo esse processo durante esse período favoreceu o enfraquecimento de modos de existir e perceber o mundo daqueles que não correspondiam aos valores brancos, levando à subalternidade essas práticas. Assim, a presença indígena no contexto brasileiro sofreu inúmeros ataques físicos, psicológicos e políticos que fizeram suas culturas se despedaçarem, virarem cacos espalhados ao longo do caminho que levava o Brasil ao progresso.

Vale ressaltar que falar sobre golpes e apagamento das culturas dos povos indígenas é falar sobre o impacto nas diferentes nuances destas, dentre as quais a perda e esquecimento da língua é um importante fator a ser observado, especialmente para a presente pesquisa que lida diretamente com estruturas linguísticas. A fala de Sônia Guajajara, transcrita acima, denota esse aspecto do processo colonial. O Diretório dos Índios de 1757 expõe também um pouco mais nitidamente uma prática institucionalizada de apagamento da língua⁵, porém através da discussão abordada por Sposito e apresentada aqui, entende-se que ao afirmar que a pessoa indígena apenas conseguiria se tornar parte da sociedade civil a partir do momento que deixasse exatamente de ser índio, sem dúvida a troca da língua nativa pelo português estava inclusa nisto.

Um excelente caso que ilustra todo esse debate sobre práticas de apagamento e esquecimento pode ser encontrado no trabalho do professor Marcelo Lemos. Nos anos 2000, Lemos pondo em dúvida toda a documentação oficial dos séculos XVIII e XIX, na qual confirmava o desaparecimento dos Coroados, em um período de tempo relativamente curto, da região de Valença no Rio de Janeiro, dirige sua atenção para os diferentes tipos de registros produzidos ao longo do processo de expansão e ocupação do Vale do Paraíba a fim de entender e contribuir para a historiografia do Rio de Janeiro, especialmente no que tange às populações indígenas. Após uma dedicada e profunda pesquisa em documentos de cunho geográfico,

⁵ “Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral” (DIRETÓRIO, 1757, parágrafo 6). Para saber mais detalhadamente sobre o Diretório e os seus efeitos na população indígena indicamos a obra “O Diretório dos Índios - Um projeto de “civilização” do Brasil do século XVIII” de Rita Heloisa de Almeida.

econômico, demográfico e religiosos, produzidos na e referentes à época, o autor chega à conclusão de que

os Coroados desapareceram enquanto etnia que se autoidentificava e era reconhecida pela sociedade em torno como Coroados, na medida em que foram pressionados a abandonar seus hábitos e costumes por outros que não assimilaram com facilidade. Foram levados à dispersão, na medida em que foram usurpados do seu espaço e colocados dentro de uma espacialidade incompatível com seu modo de vida anterior. Em que pesem as doenças e perseguições, deixou descendência incorporada à sociedade nacional, os caboclos, que são participantes marginais nesta sociedade excludente. (LEMOS, 2016, p. 201)

Em seu livro intitulado “O Índio virou pó de café? resistência indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba”, o professor Lemos faz um detalhado trabalho onde é possível entender como o governo associado aos interesses do poder econômico se dispôs de mecanismos de apagamento que levaram ao quase fim dos Coroados. Esse conflito enfrentado pelos Coroados foi uma prática muito utilizada para lidar com muitas outras etnias ao longo de toda história brasileira. Assim, o golpe que acertou a população indígena do Brasil além de quase dizimá-la se deu de diversas maneiras, delegando às gerações futuras a tarefa de reconhecer, ler e evidenciar os rastros dessa memória que se imbricam em inúmeros aspectos da contemporaneidade brasileira.

1.2 - A insistência dos rastros: a inteireza do despedaçado

Na cultura Yanomami, assim como em muitas outras culturas tradicionais, o xamã é o indivíduo responsável pela manutenção da saúde das pessoas e da aldeia de um modo geral, sua sabedoria e forma de atuação provém de sua relação com o plano espiritual e os seres que o habitam. No caso dos Yanomamis, essa relação é desenvolvida através de um árduo processo de preparação do futuro xamã, culminando na disponibilidade de seu próprio corpo como local no qual os espíritos farão residência para assim poderem auxiliar nas diferentes demandas da comunidade. Ao longo de sua vida e jornada espiritual, o xamã yanomami acomoda muitos e muitos *xapiri*⁶ e aprofunda cada vez mais a experiência de fazer de sua fisicalidade um lugar de trânsito dessas energias espirituais. Tanto são os *xapiris* quanto suas habilidades singulares de operação, pois cada situação pode exigir uma sabedoria específica que apenas determinado *xapiri* saberá trabalhar com o xamã.

⁶ Nomenclatura usada por Kopenawa para o espíritos yanomami.

Essa íntima relação desenvolvida entre xamã e espíritos, uma vez o xamã seguindo todos os preceitos e atividades reguladoras dessa condição, perdura até o momento da morte física do mesmo que, segundo Davi Kopenawa (2015), é o momento no qual os espíritos que antes o habitavam vão embora.

A saída dos espíritos de sua falecida casa xamânica acontece de forma gradual e diferente para cada um desses seres. Alguns espíritos o abandonam quando percebem que a morte está perto, já outros ficam ali até o último suspiro e tem ainda aqueles que se recusam a deixar seu pai mesmo após o falecimento. Esses últimos são descritos como muito agressivos e irritados com a morte de seu xamã, “permanecendo firmemente perto dos rastros de seu pai defunto” (ALBERT; KOPENAWA, 2015, p. 489), procurando formas de vingança. Existe entretanto uma maneira de espantar de vez esses espíritos remanescentes através da finalização do máximo dos restos do falecido. Após queimar e enterrar as cinzas do xamã dentro de sua casa, esta também precisa ser queimada e deixada de lado, do contrário, os *xapiri* ater-se-ão aos rastros e lá permanecerão perturbando os vivos na sua busca por vingança.

Os resquícios do xamã, nesse caso, mantém nesses *xapiri* um impulso de retorno, um anseio por memória que nega com todas as forças o desaparecimento completo daquela pessoa.

Em 1940, Walter Benjamin apresenta suas 18 teses nas quais ele analisa os desdobramentos que a história e historiografia vinham desempenhando na estrutura social e seus impactos sobre a memória e a cultura. Em sua IX tese, Benjamin fala sobre a anjo da história, transpondo o aspecto do anjo da obra de Paul Klee, *Angelus Novus*, para o modo como o primeiro contemplaria o passado. Para o filósofo, o anjo de Klee representa de forma fiel o modo como o anjo da história deve parecer-se.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. (BENJAMIN, 2012, p. 12)

Os fragmentos aqui apontados por Benjamin, assim como as ruínas, tem a ver com o modo como a historiografia vinha sendo elaborada. Aquilo que é contado atualmente provém dos vencedores de antigamente, desenvolvendo com estes uma empatia que fortalece os que dominam hoje, pois “os detentores do poder são os herdeiros de todos aqueles que antes foram vencedores.” (BENJAMIN, 2012, p. 10). Esse tipo de historiografia está atrelada à uma

transmissão cultural imersa em barbárie, uma vez que tal transmissão se dá em cima dos corpos daqueles que foram vencidos e privilegia a versão dos vencedores. Por isso “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie.” (BENAJMIN, 2012, p. 10).

Privilegiar a versão dos vencedores é conduzir as outras versões da história ao gradativo apagamento, é invisibilizar perspectivas que desviam da história oficial desejosa de homogeneidade e continuidade.

Diante dessa catástrofe é que o anjo da história busca não abandonar os mortos e seus fragmentos, pois é exatamente nestes onde será possível evocar outros rumos para a história, mantendo viva a memória daqueles que sucumbiram ao poder dominante.

Figura 1 - Angelus Novus. Obra de Paul Klee



Fonte: Google imagens.

As duas exposições apresentadas acima, de Kopenawa e Benjamin, sobre a conexão dos cacos com a memória são pertinentes em uma ilustração de como os rastros são fundamentais para um processo de restauração de uma existência em vias de apagamento. Os *xapiri* e o anjo da história são as forças que querem se voltar para o passado e “escovar a história a contrapelo” e os resquícios são as portas de acesso para esse movimento. Os rastros ganham destaque nessa tentativa de avivamento de uma memória estilhaçada por terem a possibilidade de denunciar muito sobre algo que esteve presente e sobre as condições às quais foi submetido, a inteireza do despedaçado.

Em ambos os casos fica também evidente a necessidade de alguém ou algo responsável por vigiar o que restou, assumindo um papel não só de guardião, mas de ativista da memória. Se os cacos permanecessem sem alguém que se voltasse para eles, já estariam fadados ao esquecimento, “pois irrecuperável é cada imagem do passado que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela.” (BENJAMIN, 2012, p. 2). E mesmo havendo uma “frágil força messiânica” em cada indivíduo, nem todos estão aptos a aceitar e desenvolver seu trabalho de mantenedor da memória, é preciso de seres específicos, *xapiri* que tomam esta como sua função primordial. São esses seres que sustentam o lampejo da lembrança em um ato de contestação do presente oferecido pelos órgãos oficiais, convictos de que apenas o reconhecimento poderá dignificar aquele passado. “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer.” (BENJAMIN, 2012, p. 2).

Esse detetive da memória faz dos restos o seu trabalho de campo, entendendo que eles guardam narrativas não encontradas nos monumentos nem nos livros, os quais buscam direta ou indiretamente, através do apagamento, ameaçar a veracidade de tal existência. “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.” (BENJAMIN, 2012, p. 2).

E da mesma forma que a articulação do passado não se basta nas leituras das versões oficiais que nos é chegada, a identificação dos restos, rastros, resquícios, cacos e etc., também exige cautela, uma vez que a análise dos mesmos depende de uma compreensão afinada do que o são e de como reconhecê-los em meio às problemáticas que envolvem história, memória e presença.

A questão do resquício é um dos pontos de interesse que aparece em algumas obras do próprio Benjamin, ganhando aprofundamento com o passar dos anos por autores ligados à memória e à história. Dentre esses, nos interessa a abordagem proposta por Gagnebin e por Assmann, duas articuladoras do pensamento de Benjamin, que convergem e se complementam através de suas perspectivas.

Aleida Assmann, em “Espaços de Recordação”, intitula um dos subcapítulos do livro de “Escrita e Vestígio” (*Schrift und Spur*), onde ela se debruça sobre a relação entre texto, rastro e signo. Segundo a autora, escrita e vestígio não podem ser colocados como sinônimos, pois se fundamentam em modos de operação que os distingue definitivamente. Enquanto o texto parte de um princípio comunicativo endereçado ao futuro e à duração, o rastro está mais conectado ao acaso. Os dois termos divergem também no que se refere à intencionalidade, uma vez que

na escrita a intenção de transmitir uma ideia ou signo é inerente ao seu processo de elaboração e consciente de si, ao contrário dos vestígios. Estes escapam ao anseio de permanência, trazendo consigo ainda assim a disponibilidade de ser lido.

O passo que leva dos textos aos vestígios e objetos remanescentes como testemunhas significantes do passado corresponde a um passo que leva da escrita como signo linguístico intencional ao vestígio como cunhagem material que, embora não seja concebido como signo, pode ser lido posteriormente como tal. (ASSMANN, 2011, p. 227)

A vantagem de se aproximar da memória através dos rastros no lugar dos textos reside nesse aspecto proporcionado pela intencionalidade, ou não, dos fatores que transformam determinado objeto ou ideia em uma memória digna de permanecer. Os textos e escrita oficiais que retratam o passado selecionam o que e quem deve ser lembrado e também a maneira como deve ser lembrado. Nesse processo há recortes e edições que apagam o que não corresponde ao interesse dos que têm o domínio de falar sobre o passado. Se deter nos rastros dentro dessas condições é voltar a atenção para o não dito, para o que sobra da memória oficial e que por isso pode apresentar uma imagem do passado com mais amplidão, além de revelar os impactos que a elaboração e sustentação de uma versão oficial acarretou em outras narrativas.

O historiador Jakob Burckhardt definiu seu projeto de uma história cultural com auxílio da oposição entre textos e vestígios. Como “textos” ele entendia mensagens codificadas e, nelas, as articulações de uma época, conscientes e tomadas em conjunto com todos os (auto)enganos tendenciosos ali envolvidos. Como “vestígios” ele entendia, diante disso, informações indiretas que documentam a memória não estilizada de uma época, memória não submetida a censura ou a desfiguração alguma. (ASSMANN, 2011, p. 225-226)

É também a ausência de intenção que coloca os vestígios no lugar do acaso, pois para estes não se planeja como serão deixados, condicionando-os à sorte dos acontecimentos. O rastro é a sobra que passa despercebida e que pode estar em qualquer lugar por não ser objeto de interesse. “Rigorosamente falando, rastros não são criados — como são outros signos culturais e lingüísticos —, mas sim deixados ou esquecidos.” (GAGNEBIN, 2006, p. 111).

Mas, mesmo tomado como signo, o rastro tem ainda isto de excepcional em relação a outros signos: ele significa fora de toda intenção de fazer signo e fora de todo projeto do qual ele seria a visada [...] O rastro autêntico [...] decompõe a ordem do mundo; vem como "em sobreimpressão". Sua significância original desenha-se na marca impressa que deixa, por exemplo, aquele que quis apagar seus rastros, no cuidado de realizar um crime perfeito. Aquele que deixou rastros ao querer apagá-los, nada quis dizer nem fazer pelos rastros que deixou. (LEVINAS apud GAGNEBIN, 2006, p. 114)

Significar fora de toda intenção de fazer signo, como mencionado por Levinas, é uma característica do rastro que o privilegia em relação aos signos estabelecidos a partir do momento que seu horizonte de interpretação comporta mais leituras do que os outros. Todo rastro carrega a possibilidade de se tornar signo, mas nem todo rastro se torna signo. Essa relação está diretamente ligada àquele que objetiva fazer dos cacos sua principal matéria de acesso ao passado. No instante em que o arqueólogo toma um vestígio como fonte de apreensão daquilo que passou, ele se vê diante de diversas pistas que favorecem a reconstituição do que estava em esquecimento. Naturalmente, é preciso um interesse prévio, algo que já se dá na própria identidade do arqueólogo, em procurar, encontrar e desvendar rastros. Por isso ele escava quando tem o menor indicativo de que naquele sítio jaz a possibilidade de se deparar com um caco.

Gagnebin aprofunda, através das obras de Benjamin, essa analogia entre o trabalho do historiador e do arqueólogo, compartilhando outros autores que também o fazem. A autora chama atenção para dois textos nos quais o pensador usa termos relacionados ao trabalho de escavação enquanto semelhante à atividade historiográfica. Um desses textos é encontrado em uma *Denkbilder* (imagem de pensamento) chamada *Ausgraben und Erinnern* datada entre 1931 a 1933, onde Benjamin menciona o procedimento adequado para aquele que deseja se aproximar do passado.

Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado [der eigenen verschütteten Vergangenheit] deve agir como um homem que escava", escreve ele. E continua, explicando que se deve proceder com cuidado, espalhar muita terra, voltar aos mesmos pontos, retomar as buscas, ir segundo um mapeamento preciso, mas também confiar no acaso. Sobretudo, como "num bom relatório arqueológico", não se deve só indicar o que foi achado, mas também anotar com precisão todas as camadas que tiveram que ser atravessadas, marcar no "chão de hoje sítio e lugar" (im heutigen Boden Ort und Stelle) onde foi escavado. (GAGNEBIN, 2012, p. 35)

É pontuada ainda por Gagnebin a iminência do balançar (o tremor) que as bases do presente podem sofrer durante o processo de escavação e aconselha que o arqueólogo “não pode temer remover a terra do presente, isto é, colocar talvez em perigo as edificações que ali se erguem.”, pois é sabido que há grandes chances desse presente ter sido solidificado graças ao soterramento de outras histórias possíveis. Por isso é preciso estar “atento a pequenos restos, a detritos, irregularidades do terreno que, sob sua superfície aparentemente lisa e ordenada, talvez assinalem algo do passado que foi ali esquecido e soterrado.” (GAGNEBIN, 2012, p. 34). Pode-se interpretar esse presente erguido como a versão oficial da história que é difundida pelos órgãos de poder e que acarretam sim em muitos soterramentos de culturas, histórias e memórias.

Fato que Benjamin não apenas estava cômico mas disposto a pensar maneiras de chacoalhá-lo, sugerindo a procura “por rastros deixados pelos ausentes da história oficial (os oprimidos, die Unterdrückten), à revelia da historiografia em vigor” (GAGNEBIN, 2012, p. 33) na tentativa de buscar “aquilo que escapa ao controle da versão dominante da história, introduzindo na epicidade triunfante do relato dos vencedores um elemento de desordem e de interrogação.” (GAGNEBIN, 2012, p. 33).

Outro ofício aparentado ao arqueólogo e ao pesquisador historiador e que ajuda a elucidar o modo de operar daqueles que trabalham com os rastros é o de detetive, há muito trabalhado em romances policiais que fazem dos indícios sua matéria prima na construção de uma narrativa voltada para a leitura dos acontecimentos passados.

Carlo Ginzburg, discorrendo sobre as disciplinas indiciárias, ou seja, áreas do conhecimento que tomam os indícios ou sinais como base de investigação, traça um percurso histórico do interesse humano pelas interpretações dos rastros à partir da análise, entre outras, da escrita indiciária em romances como o Sherlock Holmes de Conan Doyle. Segundo o historiador, tais novelas se baseiam em uma atividade humana que provavelmente encontra-se nos primórdios da interação social: a caça. Essa prática permitiu ao indivíduo desenvolver a capacidade de visualizar muito mais do que aparenta um galho quebrado em determinado local, aprendendo “a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba.” (GINZBURG, 1989, p. 151). Com o passar do tempo, esse saber adquiriu enorme importância, obviamente, para a subsistência humana e suas maneiras de transmiti-lo variavam de acordo com a cultura que o empregava.

Ginzburg cita a fábula de origem persa *Peregrinaggio di tre giovani figlioli del re di Serendippo* (Os Três Príncipes de Serendip), traduzida para o italiano em meados do século XVI, exemplificando como o método venatório já estava sendo empregado como forma de apreensão e decodificação da realidade. No conto, que com o passar das traduções e viagens foi alterando seus elementos mantendo entretanto o cerne do enredo, três príncipes descrevem detalhadamente um animal perdido (por vezes camelo, por vezes cavalo, depende da versão) que nunca viram, causando espanto e desconfiança da parte do dono do animal que o procura. Ao serem colocados em questionamento, os três príncipes explicam que conseguiram descrever o bicho graças aos inúmeros vestígios deixados pelo mesmo em seu percurso. Essa habilidade é retratada por Ginzburg como um saber venatório, caracterizado por ser “a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente.” (GINZBURG, 1989, p. 152). Eis então o embrião, falando nas palavras de Ginzburg, dos romances de detetive.

O interesse nesse tipo de leitura por Benjamin é ressaltado por Gagnebin, nos permitindo a conclusão de que o pensador intuitivamente correlacionava as práticas de origem venatória a um modo de poder reler a história; realçando também uma atitude (postura de trabalho) similar entre as profissões aqui citadas: arqueólogo, detetive, pesquisador historiador, nas quais, o rastro tem papel central.

Dentro dessa análise, fica implícita a pergunta sobre os meios para se adquirir o saber venatório com respeito aos ofícios mencionados e apesar de cada um exigir particularidades que dizem respeito à sua área, é imprescindível para todos o estar apto a experienciar o máximo de realidades ligadas ao assunto. Apenas assim, criar-se-á um repertório de identificações que auxiliam o pesquisador a desvendar os vestígios encontrados. Nem sempre se sabe o que se busca, mas é preciso saber reconhecer algo que se encontra. Para o arqueólogo, por exemplo, o conhecimento sobre os aspectos ligados à estrutura social, à infraestrutura, à organização espacial, entre outros, de uma civilização antiga o habilita com mais chances de reconhecimento de um pedaço de história assim que tiver contato com ele. Essa condição se aplica da mesma maneira ao detetive. O próprio Sherlock Holmes é admirado pelo seu amplo conhecimento de diversas áreas de estudo que sem dúvida o favorece em suas resoluções de casos.

Entretanto, esse arcabouço de referências auxiliadoras nas interpretações dos rastros pode condicionar o investigador a ver apenas aquilo que já se encontra em foco, correndo o risco de se juntar às versões oficiais e deixar de fora do trabalho os vestígios de grande significância. Com o intuito de evitar esse perigoso destino, o repertório de saberes precisa ser balanceado com uma certa curiosidade para o que é quase imperceptível, para o que não está no centro das atenções, pois é justamente nesse lugar onde os vestígios se apresentam com mais expressão.

Esses rastros são geralmente pouco visíveis num duplo sentido: não se destacam, não são os "traços dominantes de uma época", como se costuma dizer, e também são muito mais detalhes que parecem aleatórios, restos insignificantes que, à primeira vista, poderiam e deveriam ser jogados fora. (GAGNEBIN, 2012, p. 33)

1.3 - Rastro: um limiar entre presença e ausência

A abordagem sobre a questão do rastro toca também em um aspecto dualista ligado ao par memória/esquecimento já tangenciado até aqui e que figura um ponto crucial nessa pesquisa. Discutir resquícios e rastros é falar de memória e falar de memória é falar também de presença e ausência.

Retomando a discussão proposta por Assmann sobre os vestígios, a autora, dentro do subcapítulo *De Textos à Vestígios*, relata sobre a mutação ocorrida ao longo processo histórico na aplicação dos meios de acesso ao passado. Enquanto que por muito tempo a escrita foi colocada como principal via e fonte indiscutível de conexão com o passado, tal pensamento perde força a partir do século XVIII, se tornando quase ineficaz já no século XIX. Como argumento para esse declínio, Assmann apresenta uma obra de William Wordsworth, na qual a questão da efemeridade da cultura é posta em foco, concluindo-se que não há mais uma diferença “entre documentos textuais duradouros, bidimensionais, e monumentos efêmeros, tridimensionais”(ASSMANN, 2011, p. 221), pois todos estão submetidos a destruição inevitável do tempo que escapa ao controle humano. A escrita então não garante a transmissão ininterrupta do saber, pois se encontra atrelada ao desgaste provocado pela própria natureza.

Seguindo, a autora apresenta uma outra perspectiva que desacredita o texto como fonte essencial de apreensão da história, dessa vez através do historiador Thomas Carlyle. Para este, a escrita histórica está rodeada de problemáticas que abalam a veracidade e compreensão do que está sendo apresentado, transformando-a em nada “mais que um farrapo miserável”, pois durante o processo de elaboração da história há uma compactação de informações excludentes “que não se deixa conduzir por consciência alguma, mas se deve ao arbítrio da decadência do tempo.” (ASSMANN, 2011, p. 224). Levando em consideração essa compressão, o esquecimento assume então uma parte relevante na constituição da história, fato que é observado por Carlyle, segundo Assmann, como algo benéfico, “pois caso fosse possível armazenar todos os dados da história cultural, isso significaria para ele o fim da memória.” (ASSMANN, 2011, p. 224).

Para o historiador, a memória, sobretudo a memória histórica, está imersa em uma relação de interdependência com o esquecimento que a deixaria inoperante caso não existisse. Conectar-se ao passado se baseando apenas nas informações inscritas nos textos históricos é insuficiente, pois tal escrita é elaborada também através do apagamento. É preciso, no lugar disso, ter em mente que tais textos são pedaços de memória e esquecimento. A partir daqui, os vestígios passam a ganhar mais relevância enquanto mídia de memória, por serem “signos duplos no sentido de que atrelam indissociavelmente a recordação ao esquecimento.” (ASSMANN, 2011, p. 225)

Os rastros carregam em si o ponto onde memória e esquecimento se tocam, pois revelam sempre uma ação impressa deixada por algo ou alguém. Essa noção fica explícita através do psicólogo Karl Spamer, citado por Assmann, onde é possível notar o endossamento da sinonímia entre rastro e memória na sua definição de vestígios.

Em 1877, Karl Spamer definiu o vestígio como “a ação efetiva [Einwirkung] de uma força sobre um objeto inanimado” que fixa essa energia em si mesmo. Com isso, memória e vestígio tornam-se conceitos sinônimos. Spamer escreveu que se pode “falar de uma memória de toda matéria orgânica, sim, da matéria em geral, no sentido de que determinadas ações efetivas deixem nela vestígios mais ou menos duradouros. Mesmo a pedra conserva em si o vestígio do martelo que a atingiu”. (ASSMANN, 2011, p. 227)

Dentro dessa perspectiva, os resquícios desempenham uma forma mais abrangente de apreensão da memória, pois, ao contrário dos textos, aquilo que não se encontra dito constitui parte fundamental destes, possibilitando “um acesso completamente diverso ao passado porque incluem as articulações não verbais de uma cultura passada — as ruínas e os elementos remanescentes, os fragmentos e cacos —, bem como resquícios da tradição oral.” (ASSMANN, 2011, p. 225). Acessar os cacos então é reavivar uma memória degradada parcialmente pelo esquecimento através de marcas que não objetivaram a posteridade.

O rastro é a intermediação entre memória/esquecimento, passado/presente, presença/ausência, denunciando uma lembrança incompleta, uma possível perda de memória de algo que esteve presente. Assim, rastrear é a busca pela localização no espaço-tempo da existência de algo que só se evidencia pelas marcas aparentes da sua ausência. “Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente — sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade.” (GAGNEBIN, 2006, p. 111)

Por meio dessa reunião de alguns aspectos ligados ao estudo dos rastros e vestígios, estabelecemos um campo de ideias que nos auxiliarão no desenvolver da presente pesquisa. Memória e esquecimento, presença e ausência, assim como as maneiras de aproximação dos resquícios viabilizam as investigações de um passado que ainda padece de reconhecimento e que compõe parte crucial do presente da população brasileira. Seguir os cacos deixados pela cultura indígena é assegurar que os mortos vivam, é expandir nosso conhecimento das forças que nos atravessam em nosso entendimento sobre quem somos e como chegamos até aqui.

Ao mesmo tempo que delimitamos o modo e parte do objeto da pesquisa, expandimos as possibilidades de identificação do que seriam os rastros e como eles podem ser uma chave na redução do apagamento diário de uma memória. Assim, compreendemos quais pistas são relevantes de serem aprofundadas na tentativa de remodelagem do passado indígena no contexto brasileiro.

CAPÍTULO 2 - NO RASTRO DA TOPONÍMIA

Inúmeros são os rastros deixados pelos povos indígenas no processo de apagamento sofrido ao longo dos anos durante e pós-colonização. Pistas foram deixadas, muitas vezes inconscientemente e algumas vezes intencionalmente, permanecendo iminentes de serem encontradas e lidas. No caso brasileiro, esse fato abrange uma significativa porção da sociedade, sendo observado em diversos setores. Seria possível se debruçar, por exemplo, nos conhecimentos tradicionais da medicina das ervas, na culinária, nos saberes sobre plantio, entre outros. De todos esses resquícios, o território brasileiro guarda talvez o mais resistente às degradações históricas e que constitui parte fundamental do país: a toponímia.

A nomenclatura indígena usada para intitular os lugares e acidentes geográficos é encontrada em todos os cantos do Brasil, não existindo uma unidade federativa que seja isenta desse tipo de toponímia. Desde a chegada dos europeus, a nomenclatura das regiões permanece, na maioria dos casos, intacta, resguardando uma memória que pode retornar décadas, ou até milênios, antes do século XVI. Tão vasta é essa toponímia quanto vasto eram, e ainda é, os povos que aqui habitavam com suas diferentes culturas e línguas.

O grande desafio quando deseja-se trabalhar com alguma tentativa de restauração ou (re)identificação de algo que já não está mais presente em sua totalidade é poder se relacionar com a sobra que apresente o máximo de proximidade possível com seu formato original, pois isso torna boa parte do processo já concluída. É como um quebra cabeça. Quanto mais peças já estiverem encaixadas, mas fácil de desvendar onde as peças restantes irão se encaixar. O estudo da toponímia indígena dispõe exatamente dessa proximidade com a forma inicial, uma vez que ocorreu relativamente pouca mudança em sua estrutura.

Tanto o caráter duradouro quanto a ampla difusão dos topônimos de origem indígena pelo território brasileiro justificam a escolha desses enquanto um objeto de estudo seguro para conduzir uma análise tendo o rastro como mote. Se comparada aos outros tipos de resquícios de origem indígena, a toponímia apresenta certa vantagem por estabelecer uma relação mais forte com o estado inicial de determinada existência, pois os topônimos indígenas espalhados pelo país guardam em si uma memória fonética que apesar de também sofrer com as mudanças do tempo e espaço, como toda língua, tem a capacidade de manter considerável fidelidade aos fonemas utilizados no momento de seu uso. Fato que pode ser atestado com ajuda dos métodos científicos de análise das variações de uma língua.

Obviamente para se fazer tal análise é preciso, além dos estudos sobre variações linguísticas, de um conhecimento das línguas em questão, assim como suas estruturas

fonêmicas. No caso da língua portuguesa, não se encontra muitas barreiras quanto ao acesso à produção científica a seu respeito, cenário que muda completamente quando volta-se para as línguas indígenas. Ainda que no Brasil tais estudos sejam relativamente escassos se comparados à vastidão de dados disponíveis, existem profissionais extremamente dedicados e que conseguem desenvolver uma atenciosa pesquisa sobre o assunto, facilitando o desenvolvimento de pesquisas afim, como a presente.

Assim, tomar os topônimos como objeto de análise para examinar a problemática dos rastros indígenas no contexto brasileiro se torna promissor, pois além de corresponder satisfatoriamente à necessidade de se ter uma maior aproximação com as características apresentadas no passado, sua elaboração estará ancorada em dados e métodos científicos já aplicados.

A partir do momento que entende-se a toponímia como uma área de estudos interdisciplinar que possui estreita ligação com a história, a arqueologia, a geografia e a memória, há uma inquestionabilidade da contribuição e do êxito que a disciplina pode oferecer na interpretação dos resquícios, sobretudo quando considera-se essa qualidade de armazenamento de informações latentes.

Entretanto, para que seja possível trabalhar com a toponímia na leitura dos rastros, é necessário antes o entendimento do funcionamento dessa área de estudos, seu surgimento enquanto disciplina, sua metodologia de pesquisa, seu desenvolvimento no país e suas aplicações. Partindo desse panorama, poder-se-á compreender melhor a sua relação com a pesquisa, facilitando as análises mais profundas que irão suceder-se.

2.1 - A disciplina da Toponímia

A toponímia enquanto disciplina científica universitária surge no fim do século XIX, por volta do ano de 1878, na França, através do professor Auguste Longnon⁷. A obra “Les noms de lieu de la France”, publicada por volta 1912, pelos alunos de Longnon após seu falecimento é tida como clássica nos estudos da toponímia.

No Brasil os estudos dos topônimos se dão de fato também no início de 1900. Apesar de outros estudiosos, antes dessa época, terem produzido materiais referentes à disposição e

⁷ “O aparecimento da toponímia, como um corpo disciplinar sistematizado ocorreu na Europa, mais particularmente na França, por volta de 1878, quando Auguste Longnon introduziu os seus estudos, em caráter regular, na École Pratique des Hautes-Études e no Colégio da França.” (DICK, 1990, p.1)

organização de alguns nomes de lugares, especialmente de origem indígena, a toponímia enquanto estudo científico com critérios específicos é melhor considerada a partir de 1902, devido ao trabalho elaborado por Teodoro Sampaio.

Nascido no ano de 1855 no Recôncavo Baiano, filho da escravizada Domingas da Paixão, Sampaio se torna um importante intelectual durante esse momento bastante alvoraçado que foi a transição de um Brasil monárquico para República. O estudioso se destacou sobretudo por abarcar um conhecimento abrangente sobre áreas distintas, oriundo de seu percurso acadêmico e dos cargos e trabalhos desenvolvidos ao longo de sua vida. Mesmo tendo nascido de uma mulher escravizada e sendo um homem negro naquela época, Teodoro Sampaio pode ter acesso à escolas de alto nível, fato facilitado por seu pai adotivo (e provavelmente o biológico), o padre Manoel Fernandes Sampaio.

Foi este último que propiciou ao menino acesso às primeiras letras no Colégio Professor José Joaquim Passos, em Santo Amaro da Purificação e, aos nove anos de idade o separou definitivamente da mãe escrava levando-o para São Paulo e posteriormente para o Rio de Janeiro. Naquela cidade estudou no Imperial Colégio D. Pedro II e posteriormente ingressou na Escola Politécnica em 1871, concluindo o curso de Engenharia Civil em 1876. (SOUZA, 2016, p. 3)

Graduado em Engenharia Civil, o percurso intelectual de Sampaio expandiu-se devido a uma série de acontecimentos que o levou a estabelecer conexões com diversas áreas do conhecimento como o emprego no Museu Nacional, que o possibilitou a convivência com “homens ligados à ciências naturais, como Ladislau Neto, que era então diretor, Orville Derby, Lacerda e Almeida, Rodrigues Peixoto e outros.”(LIMA, 1981, p. 21) e o seu primeiro trabalho como engenheiro, em 1879, em uma “Comissão Hidráulica” que tinha por objetivo estudar os portos brasileiros e sua navegação.

A experiência vivida neste trabalho tornou Teodoro Sampaio uma referência nos estudos da geografia regional.

Em suas viagens pelo rio São Francisco e à Chapada Diamantina, Teodoro Sampaio escreveu no seu diário uma série de observações de cunho geográfico, econômico e antropológico, que foram, anos depois, reunidas e publicadas em livro que se tornou um clássico da geografia regional brasileira. “O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina”. (LIMA, 1981, p. 25)

Além de ter desenvolvido muitos trabalhos de cunho geográfico e de saneamento para o governo de São Paulo, Sampaio foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, local onde “encontrou o ambiente propício para o seu crescimento intelectual.” (LIMA, 1981, p. 32). Foi ainda no período que prestava serviços para a província que publicou

“O Tupi na Geografia Nacional”, seu primeiro livro, o qual desempenha importante papel na presente pesquisa.

A referida obra rapidamente se torna um marco nos estudos referentes à toponímia brasileira de origem indígena com “vários pareceres favoráveis” e “correspondências de um cem número de pessoas a lhe indagar sobre a toponímia Tupi.” (LIMA, 1981, p. 33). A obra ganha mais duas edições em 1914 e 1928, com sua quarta edição sendo publicada em 1955, tempos após o falecimento de Teodoro Sampaio. Esta última se tornou uma importante referência, pois diversas revisões e notas foram adicionadas ao texto original agregando as novas informações e descobertas a respeito do tupi. Em 1987 sai a quinta edição, sendo esta o exemplar utilizado para consulta na presente pesquisa.

Ao importante pesquisador, tupinólogo, etimólogo e historiador, Frederico Edelweiss coube a tarefa de elaborar a quarta edição da obra de Sampaio, publicada no ano de seu centenário. Tal encargo não poderia ter sido melhor designado, uma vez que o intelectual já havia demonstrado seu domínio à respeito dos estudos das línguas indígenas brasileiras, assim como outras produções de estudos etimológicos sobre línguas oriundas de outras nacionalidades. Dentre as obras mais significativas de sua autoria, têm-se “O Caráter da Segunda Conjugação Tupi” de 1958, “Estudos Tupis e Tupi-guarani” e “Gûasú e usú na diacronia das línguas e dialetos tupi-guaranis”, ambas de 1969.

O autor inclusive publicou trabalhos referentes ao assunto da toponímia. Em 1967, Edelweiss escreve para a Revista do IHGB um artigo intitulado “Os topônimos indígenas do Rio de Janeiro Quinhentista”, o qual é notada a segurança que o autor demonstra sobre o tema transformando esse trabalho em “uma das importantes contribuições à toponímia carioca.” (SENA, 1981, p. 155). Neste o pesquisador relaciona uma lista de topônimos indígenas, assim com suas etimologias, identificados e anotados por Jean de Léry em meados do século XVI, apontando para o desaparecimento que sucedeu-se com o andar da colonização. A consulta em fontes primárias e diversas era parte fundamental do processo de pesquisa de Edelweiss quando se tratava da análise dos significados e estrutura de termos. No fim deste mesmo artigo o autor ressalta que “as interpretações corretas exigem algo mais de que simples consulta dos nossos acanhados dicionários tupis e guaranis.” (EDELWEISS, 1967, p. 134).

Conhecido também pelo seu caráter sincero, até duro as vezes, e pelo seu rigor com o estudo do tupi, o tupinólogo trabalhou muito para a valorização da língua no meio acadêmico. O professor de tupi antigo Lemos Barbosa aponta que “Edelweiss prova como só o tupi tem um sentido especial para a cultura nacional, e que seu estudo universitário deve ser enquadrado na

seção de letras, ao lado do grego e do latim, naturalmente em escala mais reduzida.” (BARBOSA apud SENA, 1981, p. 156).

Assim, a introdução feita por Edelweiss no prefácio da quarta edição do “Tupi na geografia nacional” nos ajuda a compreender a relevância, como as falhas, no trabalho de Sampaio. A grande problemática que Edelweiss aponta na obra é o fato dela ter surgido em uma época onde os estudos do tupi careciam de um certo rigor comparativo com outras línguas nativas ou até mesmo com os diferentes momentos históricos pelos quais o tupi foi se modificando, obedecendo a um espírito unitário que apagava as características do tupi dito verdadeiro por ele e que embaralhava as informações sobre a língua.

Teodoro Sampaio nunca chegou, pois, a ter visão clara do grande alcance das denominações: *tupi*, *guarani* e *nheengatu*, tanto porque a sua época era obstinadamente unitária, como também por lhe faltarem os elementos para estudos comparativos mais aprofundados. As suas apreciações léxicas conservam-se, por isso mesmo, no terreno vago da família lingüística tupi-guarani, a tupi do autor, cabendo ao leitor o trabalho de identificar, se tal exemplo é tirado do guarani, do tupi, do Dicionário Português e Brasileiro, ou do *nheengatu*. (EDELWEISS, 1955, p. 37)

A separação das etapas de transformação do tupi ao longo da história era crucial para Edelweiss, pois este defendia que para manter-se fiel a um estudo comprometido com a verdade era necessário, no caso da linguística, “uma nomenclatura especificativa, não apenas para línguas e dialetos em geral, mas ainda para circunscrever-lhes as fases por conceitos cronológicos, geográficos e até, classistas.” (EDELWEISS, 1955, p. 37). No caso do estudo do tupi, tal engajamento tem seu marco com a publicação do “Vocabulário na Língua Brasília”, organizado e publicado por Plínio Ayrosa (outro nome importante para os estudos do tupi) em 1937, no qual a noção dos momentos históricos da língua foi se tornando mais consolidada, justamente o ano em que viria a falecer Teodoro Sampaio, impossibilitando-o, obviamente, o acesso a tal estudo. Na falta deste, os alicerces para a pesquisa de Sampaio foram autores que contribuíram exatamente para que seu trabalho resultasse, segundo Edelweiss, em “uma colcha de retalhos desnorteante, de consulta perigosa: nos ensinamentos, na exemplificação e nas conclusões.” (EDELWEISS, 1955, p. 40)

E mesmo pondo todas advertências em relação ao “Tupi na geografia nacional”, Frederico Edelweiss reconhece a importância da obra de Sampaio e seus impactos no mundo acadêmico como por exemplo a criação da “primeira Cadeira de Tupi” (EDELWEISS, 1955, p. 29) na Universidade de São Paulo, que não se constitui como um resultado direto da obra, mas como parte de um movimento que sem dúvida tem na sua publicação um grande motivador. Ressalta também que as lacunas deixadas por um linguista sem formação é compensada pelo

historiador ávido que era, possibilitando que muitas palavras conseguissem chegar à posterioridade.

Entretanto, se Teodoro Sampaio foi vítima dos seus inspiradores unitários, num ponto superou todos quantos o precederam no estudo etimológico dos termos geográficos: no exame do seu desenvolvimento histórico. Não poucos nomes seriam totalmente indecifráveis, se os velhos documentos não nos revelassem as suas mais recuadas formas. Nesse tentame o historiador redimiu o lingüista. (EDELWEISS, 1955, p. 40)

Levy Cardoso (1961), discorrendo sobre os precursores do estudo da toponímia no Brasil, aponta o trabalho de Sampaio como o pilar do desenvolvimento da área de estudos no país.

Foi somente no princípio dêste século, porém, em 1902, que surgiu, com *O tupí na geografia nacional*, de Teodoro Sampaio, a obra clássica da toponímia brasileira, aquela que se tornou, incontestavelmente, a pioneira dêstes estudos, entre nós, pela criteriosa análise a que foram submetidos todos os vocábulos, pela profundidade dos conhecimentos tupís, pela seriedade de suas investigações, para cujo resultado não faltaram nem as leituras das crônicas antigas e das antigas relações de viagens, nem a consulta ao elemento histórico, a fim de descobrir a verdadeira grafia primitiva dos vocábulos, para a perfeita elucidação de seu sentido e a rigorosa determinação de sua etimologia. (CARDOSO, 1961, p. 323)

O próprio Cardoso assume posição de referência nos estudos toponímicos, contribuindo com o desenvolvimento da área no país através de trabalhos de pesquisa e importantes publicações como o livro “*Toponímia Brasileira*” de 1961, no qual se debruça sobre os topônimos de origem amazônicas, especificamente oriundos das línguas aruaque e caribe. A obra do general se destaca, pois evidencia como a “análise do topônimo revela aspectos de ordem histórico-geográficos, como a compreensão de movimentos migratórios e questões etnolinguísticas, numa relação entre língua, povo e espaço geográfico.” (DE SOUSA e DARGEL, 2021, p. 7). Tamanho foi o reconhecimento de Cardoso na área da toponímia que este chegou a fazer parte da banca de livre docência do professor Carlos Drummond com a tese intitulada “*Contribuições do Bororó toponímia brasileira*”, defendida em 1965. Este por sua vez também deixou um legado para a disciplina da Toponímia no período em que lecionou no departamento de Línguas Indígenas do Brasil na Universidade de São Paulo.

Mais à frente, quando tratarmos da toponímia de origem indígena no caso brasileiro, abordaremos mais sobre o importante trabalho de Drummond com respeito aos Bororo. Por ora é importante mencionar que o professor foi orientador da Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, um dos principais nomes nos estudos toponímicos atualmente, figurando uma das bases para a presente dissertação.

Carlos Drumond foi orientador de Maria Vicentina Dick em seu doutoramento, em 1980, na Universidade de São Paulo (USP). A tese, intitulada *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*, foi publicada em 1990 com o título: *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. (DE SOUSA e DARGEL, 2020, p. 7)

O trecho acima encontra-se no artigo intitulado “Caminhos da Toponímia no Brasil e as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick”, escrito pelos doutores Alexandre Melo de Sousa e Ana Paula Tribesse Patrício Dargel em 2020. Neste, é feito um panorama das contribuições da pesquisadora para área assim como as repercussões de sua pesquisa no meio acadêmico.

Logo de início os autores apontam para o caráter revolucionário que o trabalho de Dick traz em si, colocando este como “um divisor de águas para as pesquisas sobre os nomes próprios de lugares no Brasil” (DE SOUSA e DARGEL, 2020, p. 8). Esta colocação encontra respaldo principalmente por Dick ter solucionado questões sobre a disciplina que a preencheu com muitas camadas de aprofundamento ainda não trabalhadas pelos estudiosos antecessores, sobretudo no que diz respeito ao campo de atuação da disciplina.

Desse modo, a pesquisadora expande uma visão simplista da Toponímia, a qual a restringia apenas ao estudo etimológico da palavra, reconhecendo a presença de outras áreas do conhecimento ligadas, mas não reduzias, aos fatores línguo-culturais perpassados na disciplina.

O olhar cuidadoso da pesquisadora para o objeto de estudo – o nome de lugar – projeta nele uma amplitude que alcança muito além da esfera linguística: atravessa-a se inter-relaciona com áreas do saber histórico, geográfico, antropocultural, psicológico, pedagógico, humano, juntando-os, interligando-os, para constituir o que, até os dias atuais, reconhecemos como Toponímia. (DE SOUSA e DARGEL, 2020, p. 6)

Ao lado dessa nova visão proposta por Dick, a autora elabora também um detalhado modelo taxonômico, o qual passa a ser referência para pesquisas e projetos, dentre estes o mais célebre seria o *Projeto Atlas Toponímico do Brasil* (ATB), desenvolvido dentro da Universidade de São Paulo pela própria pesquisadora. Com fins de fazer o registro “dos vocábulos da língua ou dos padrões dialetais ou falares brasílicos reconhecidos e incorporados à toponímia brasileira” (DICK apud DE SOUSA e DARGEL, 2020, p. 10), o ATB suscitou diversas outras iniciativas de atlas brasileiros que tomaram a toponímia presente nas Unidades Federativas como objeto, se debruçando também sobre “as situações geográficas ou ambientais, históricas e sociológicas que conformam as regiões administrativas, [...] porque podem explicar

até com detalhes, as escolhas feitas pelos denominadores (DICK apud DE SOUSA e DARGEL, 2020, p. 10).

Dargel e Souza descrevem por fim, no artigo, uma série de desdobramentos do estudo de Dick à nível pedagógico para os ensinos fundamental e médio, reforçando a significância do trabalho da pesquisadora para o saber acadêmico brasileiro. Disposta a se debruçar sobre os problemas atrelados ao desenvolvimento da disciplina, a professora titular da Universidade de São Paulo encarou a questão da toponímia brasileira com seriedade, propriedade e profundidade, contribuindo para a estruturação de uma área de estudos que floresce cada vez mais no território nacional.

Na presente pesquisa é adotada a obra “Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos” de Dick como base para as análises que irão suceder. Nesta, uma compilação de textos acadêmicos enfocando os topônimos no geral, mas também abordando a onomástica, auxilia no entendimento da disciplina apontando para seus desdobramentos no país.

Mas em que se constitui a toponímia? sobre que se debruça essa área de estudo?

O geógrafo francês, Charles Rostaing, explicita que “a toponímia se propõe a pesquisar o significado e a origem dos nomes de lugares e também estudar suas transformações.”⁸ (ROSTAING, 1980, p. 5). Do grego τόπος (topos), "lugar", e ὄνομα (onoma), "nome", a disciplina encontra na definição de sua palavra o seu objeto de estudo: os nomes dos lugares. Entretanto, sendo uma ciência, não bastaria que seu funcionamento se baseasse no simples ato de catalogação e explicação dos significados que determinado nome tem. Na verdade, os estudos dos topônimos estão imbricados em uma complexa rede de informações de cunho geográfico, histórico, sociológico, psicológico, antropológico, entre outros, que resultam numa abrangência de possibilidades de apreensão do conteúdo gerado, não deixando, contudo, de pertencer a uma área de conhecimento específica com seus específicos métodos científicos, “isso porque é lícito considerar-se a Toponímia, antes de tudo, como um complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente.” (DICK, 1990, p. 16).

O único método verdadeiramente científico consiste em pesquisar as formas antigas de cada um desses nomes ou, na sua falta, as formas antigas sob as quais os documentos antigos designam alguma localidade homônima, e partimos daí para determinar o significado, com a ajuda de línguas faladas sucessivamente por nossos ancestrais. (LONGNON, 1920-29, p. 5)

⁸ La Toponymie se propose de rechercher la signification et l'origine des noms de lieux et aussi d'étudier leurs transformations. (Charles Rostaing, 1980, p. 5)

Assim, a Linguística embasa a Toponímia, pois “em sua feição intrínseca, a Toponímia deve ser considerada como um fato do sistema das línguas humanas.” (DICK, 1990 p. 16). Isso não a limita, porém, a ser pesquisada apenas dentro da ótica dos postulados linguísticos, já que a disciplina possui suas especificidades técnicas que a colocam sob o teto de uma área científica também ramificada na Linguística, mas que dispõe de certa independência: a Onomástica. “Logo, apenas o emprego dos signos linguísticos é que se torna especial nas ciências onomasiológicas; ou, em outras palavras, a função significativa dos mesmos é que se diferencia quando a Toponímia os transforma em seu objeto de estudo.” (DICK, 1990, p. 16).

A fim de ilustrar essa relação, Dick (1990) traz um exemplo:

A categorização linguística de “pedra” inclui o termo no conjunto dos designativos ou nomes comuns, enquanto o sintagma toponímico morro da Pedra – em que morro é o acidente geográfico de natureza física e Pedra o topônimo propriamente dito – identifica um litotopônimo. (DICK, 1990 p. 16)

Definir em que consiste o estudo dos topônimos leva necessariamente aos tipos de funções que os mesmos disponibilizam ao serem aplicados. Tais funções expandem o horizonte de atuação dos topônimos, provendo ao pesquisador dados-chave para o seu entendimento e apontando para outros fatores sociais que o circundam.

A primeira função que um topônimo traz consigo, já mencionada aqui, é a de identificação de determinado local ou região. O ato de relegar a um recorte espacial uma identidade há muito acompanha a humanidade⁹ e tem, também, por objetivo, singularizar determinado local. Esse aspecto revela a característica motivadora que é atrelada ao topônimo, sendo considerada talvez uma das mais importantes de suas feições.

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagerado afirmar ser uma das principais características do topônimo. (DICK, 1990, p. 18)

O conceito de arbitrariedade do signo, caro aos estudos linguísticos, se relaciona com a Toponímia de outro modo, a partir dessa afirmação de que o topônimo por si sempre será de caráter motivado. Compreende-se melhor essa colocação quando percebe-se que, junto

⁹ Dick faz um breve panorama do ato de nomear desde a Bíblia até os tempos mais recentes. (DICK, 1990, p. 5-8)

daquele(s) que desempenham o ato de batizar um lugar, “acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva” (DICK, 1990 p. 18), existe uma intenção (ou muitas intenções), seja de transformar tal espaço em uma referência, auxiliando no mapeamento deste, ou mesmo de transmitir informações sobre o local, entre outras.

A forma de identificação de um topônimo pode se basear em diferentes relações que este apresenta com a fisicalidade nomeada. É possível, por exemplo, que a determinação usada reflita um caráter de “projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica (ou transparência) de seu significado.” (DICK, 1990, p. 18). Neste caso, há “uma relação unívoca entre os termos implicados quando traduzam referências de cor, forma, tamanho, constituição natural” (DICK, 1990, p. 19). Rio Negro, Ilha Grande, Aldeia Velha, seriam alguns exemplos dessa ocorrência.

Essa eventualidade de topônimos que apresentam a transparência de significado, ou seja, esse vínculo estreito com o acidente nomeado e seu signo, aponta para outra função que a onomástica toponímica pode dispor: o aspecto descritivo; o qual é um dos fatores que começam a transpassar a relação entre indivíduo e a coisa nomeada, levando a uma prática que se volta para o coletivo.

Ao precisar características do lugar através do nome em si, o topônimo adquire uma função de registro de informações úteis para o denominador, podendo este acessá-las futuramente simplesmente através de seu conteúdo semântico. Logo, o nome Lagoa Rasa, por exemplo, possibilita que o indivíduo organize as suas atividades e existência levando em consideração os dados que aquele topônimo guarda.

Quando há um compartilhamento desse uso informativo dos topônimos através da sua difusão entre outros membros de um grupo, observa-se uma expansão dessa função, ultrapassando a esfera individual e manifestando o aspecto social. A nomenclatura do local passa a fazer parte, então, de uma forma de comunicação de dados elucidativos.

Dentro, assim, de uma teoria de comunicação toponímica, cujo objetivo deveria ser não apenas identificar acidentes a partir de um nome e, sim, correlatamente, o emprego de uma técnica discriminativa que os precisasse em sua situação geográfica, não parece haver dúvida de que tal nomenclatura atenderia, de maneira hábil, a esses fundamentos. Mesmo porque, através desses recursos, a mensagem emitida e consubstanciada no nome a ser interpretado, atingirá plenamente os receptores. (DICK, 1990, p. 19)

Esse movimento de expansão para o social que os topônimos incorporam ao, por exemplo, descrever informações detalhadas sobre as condições geográficas e espaciais, o reveste com mais uma camada de aprofundamento, englobando aspectos sociológicos e

antropológicos de seu uso. A informação codificada na nomenclatura indica assim, através das ações da pessoa que nomeia, também um modo de organização social.

Observando os diferentes sistemas culturais, em que topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se, antes, se definiam apenas como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicologia, enfim, da cultura em geral para, num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social. (DICK, 1990, p. 6)

É importante mencionar, contudo, que nem sempre a ocorrência toponímica terá essa qualidade de transparência, pois pode acontecer das condições geradoras da motivação do nome, as quais o ambiente se encontrava, terem se alterado com o tempo, não modificando em nada, porém, a nomenclatura usada. Diante de tal circunstância, a relação do topônimo com o significado ao qual o nome evoca se torna mais opaca.

Por esse motivo, por exemplo, que apesar de estar rodeado de ruas e com certo distanciamento do mar, o Cais do Valongo (RJ) não abandonou a sua referência ao antigo cais que ali estava presente. Nesse caso específico do Valongo tem-se diversos outros fatores histórico-políticos envolvidos, uma vez que a nomenclatura foi soterrada junto com o cais, retornando tempos depois num processo de preservação da memória de um importante espaço simbólico da história do Rio de Janeiro e da humanidade. Entretanto, aqueles que por acaso desconhecem o processo histórico envolto nesse topônimo, poderiam esperar encontrar, numa primeira visita ao local, um desembarcadouro com navios chegando e saindo. Dessa forma, não é errôneo afirmar que o Cais do Valongo exibe certa opacidade em sua nomenclatura.

Pois, tanto os topônimos quanto os antropônimos, ao lado de uma função identificadora, guardam, em sua estrutura imanente, uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais. (DICK, 1990, p. 19)

Essa qualidade opaca, a qual os topônimos estão passíveis de adquirir, desemboca por um lado em uma relação de distanciamento do grupo social com o sentido dos nomes, transformando-os em obsoletos e desconexos com o seu meio. Por outro lado, podem assumir também uma característica de verdadeiros mantenedores de informações do passado, conduzindo para outra de suas funções, talvez sendo a que mais interessa à presente pesquisa: o topônimo enquanto memória.

A durabilidade, por vezes assumida pelo topônimo, carrega informações do seu significado original através do tempo, atribuindo-lhe um caráter fossilizador para aqueles que se debruçam sobre seu estudo na intenção de apreender sobre os modos de organização do grupo que lançou mão de tal nomenclatura. Esse é um aspecto dos estudos toponímicos que os fazem receber bastante atenção dos pesquisadores da área, classificando-os até como “fósseis linguísticos”¹⁰, devido a enorme possibilidade de usá-los como uma fonte de reconstituição histórica, seja linguisticamente ou por outras áreas já abordadas.

Realmente, alguns estudiosos da Toponímia procuram, assim, defini-lo em razão da importância de que se reveste como fonte de conhecimento, não da língua falada na região em exame apenas, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário. (DICK, 1990, p. 20)

O topônimo, assim, pode ser entendido e estudado enquanto essa capacidade de condensar e armazenar informações de seu meio, projetando-as para o futuro.

Mas esta função cristalizadora da significância só se torna possível porque o nome do lugar exerce, concomitantemente, o papel de uma verdadeira crônica, em que os fatos atuais se projetam no futuro, através da inscrição onomástica, possibilitando, dessa forma, a sua análise posterior. (DICK, 1990, p. 22)

As inferências que são possíveis de se fazer sobre o passado através do estudo toponímico são alargadas quando retoma-se o entendimento de que essa ciência onomástica pertence ao universo da Linguística.

Uma vez o topônimo sendo “uma forma de linguagem, uma palavra formada, como todas as outras, de vogais e consoantes, de fonemas articulados pelos órgãos da fala e transmitidos pelo ouvido ao cérebro.” (ROSTAIN, 1980, p. 9), ele está imerso nos princípios que regem os estudos linguísticos, pois se trata de “uma palavra como qualquer outra, sujeita às leis da fonética.” (ROSTAIN, 1980, p. 9). Dessa forma, o nome de um lugar está propenso a sofrer mudanças fonéticas durante o seu percurso histórico, devido a inúmeros fatores como o contato com outros povos, por exemplo. Esse fato possibilita ao pesquisador compreender muitas camadas de história contidas na inscrição toponímica, as quais indicam ou tornam “precisos os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões

¹⁰ “os topônimos podem ser considerados, quer do ponto de vista da sua origem linguística, como remontando aos ibéricos, aos celtas, aos romanos, etc. (e permitem então reconstituir a extensão e o habitat dessas populações primitivas, um meio que não dá certeza, mas um meio até então único), seja do ponto de vista do seu significado, que muitas vezes se aplica a um circunstância física, portanto, a um fato geográfico. O nome do lugar é bastante comparável, como documento, a um fóssil, a uma medalha, a uma moeda. (BRUNHES, J. La Géographie Humaine. Paris, 1925)

onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus vestígios.” (DAUZAT, 1947, p. 7, tradução nossa)¹¹.

A distribuição toponímica brasileira ilustra com rigor essa sobreposição de conteúdos históricos presentes nas mudanças de uma nomenclatura, uma vez que foi palco de influências e conseqüentemente de motivações toponímicas de povos distintos em diversos momentos. Obviamente, há uma predominância de ocorrências de nomes de origem indígena, portuguesa e africana, visto que tais populações figuraram os maiores contingentes ao longo do processo de colonização. Porém, devido a fatores como as fortes ondas imigratórias do início do século XX, observa-se também topônimos de procedência alemã, italiana, espanhola, suíça, entre outras. Todos esses nomes mantêm em si referências de suas respectivas épocas, revelando os modos de relação de cada povo com o seu meio.

Em muitos casos tais topônimos comportam vestígios dos contatos entre as diferentes populações de forma a tornar possível a identificação dos momentos históricos aos quais estiveram sujeitos. Esse fato pode ser observado em uma categoria de topônimos que Dick (1990) apresenta enquanto híbridos, sendo aqueles que recebem “em sua configuração elementos linguísticos de diferentes procedências” (DICK, 1990, p. 14). A autora cita alguns exemplos, dentre eles a ocorrência Marabá Paulista (SP), o qual é formado por um elemento indígena junto de um português.

2.2 - Os topônimos de origem indígena no caso brasileiro

A esfera mnemônica que compõe os topônimos ganha horizontes promissores quando se trata das nomenclaturas de origem indígena brasileira, abundantes no território. Pois diante da relativa escassez quanto aos dados sobre as populações que habitavam o país antes das invasões europeias, os topônimos se mostram como efetivos meios de se acessar os modos de organização social e cultural de tais povos.

Relativamente ao Brasil, a cristalização semântica dos topônimos, ou seja, a sua persistência como signos geográficos, mesmo quando seus elementos componentes deixaram de ser facilmente identificáveis pela população local, adquire considerável importância. Isto ocorre principalmente quando se trata da reconstituição de falares indígenas já extintos, como aconteceu com o Tupi Quinhentista, no dizer de Anchieta a língua mais geral usada na costa do país, no século XVI. (DICK, 1990, p. 21)

¹¹ “La toponymie, conjugée avec l’histoire, indique ou précise les mouvements anciens des peuples, les migrations, les aires de colonisation, les régions où tel ou tel groupe linguistique a laissé ses traces.” (DAUZAT, 1947, p.7)

Alguns estudiosos, mencionados pela própria Dick¹², da toponímia indígena brasileira publicaram importantes trabalhos sobre suas pesquisas, tornando-se referências na área. Teodoro Sampaio, como dito no início deste capítulo, é um desses autores que produziu vasto conhecimento sobre a nomenclatura de ramificação Tupi usada na geografia brasileira. Em “O Tupi na Geografia Nacional”, Sampaio aborda detalhadamente a questão dos topônimos de origem Tupi, apresentando, junto de um estudo minucioso sobre a estrutura linguística das palavras originadas desse tronco linguístico, um léxico com as principais ocorrências encontradas na geografia brasileira.

O autor compreendia o aspecto de acesso ao passado contido nos estudos dos topônimos, afirmando que “os nomes geográficos são conhecidos e estão na boca de todos; servem eles, portanto, de ponto de partida e se tornam um auxílio que não deve ser desprezado para desenvolver a memória.” (SAMPAIO, 1987, p. 59). Assim como outros pesquisadores da disciplina da toponímia, Sampaio pontuava que para se aproveitar do máximo de informações que um nome pode dispor, é preciso compreender o universo linguístico da cultura que o utilizou, implicando na maioria dos casos em uma profunda pesquisa em antigos textos ou referências em geral que elucidasse sobre a língua em questão. O grande problema seria então “o da identificação histórica do vocábulo ou a restauração de sua grafia primitiva, tal como ela simbolicamente representou, em outro tempo, a palavra falada.” (SAMPAIO, 1987, p. 174).

Por esse motivo que o autor dedica boa parte de sua obra à explicação do tupi antigo, encontrado nos textos daqueles que estabeleceram os primeiros contatos com os povos originários.

O que a toponímia brasileira de origem indígena expõe com respeito aos seus fundadores, ou seja, aos povos que desenharam a geografia do país com suas línguas, é a capacidade de tais povos de concentrar na inscrição onomástica informações precisas e fidedignas do local. Algo que Sampaio também observou e pontuou em suas pesquisas.

Theodoro Sampaio nos deixou a lição, hoje indiscutível, de que se deve recorrer sempre aos designativos autóctones, a fim de se obter, através da correta interpretação etimológica, o “fundamento para uma identificação de lugares, na certeza de que o significado desses nomes indígenas traduz fielmente a características natural de cada localidade”. (SAMPAIO apud DICK, 1990, p. 21)

Com exemplos, Sampaio descreve que os topônimos de origem tupi “são de uma realidade descritiva admirável, exprimem sempre as feições características do objeto

¹² Carlos Drummond, Levy Cardoso, Teodoro Sampaio.

denominado, como produto que são de impressões nítidas, reais, vivas,” (SAMPAIO, 1987, p. 178), abarcando também aqueles “meros acidentes em uma circunstância qualquer, mas que deixaram viva recordação no ânimo do selvagem.” (SAMPAIO, 1987, p. 178).

Dick (1990), baseando-se nos estudos de Sapir, Guizzetti e Strauss, explicita que essa relação de descrição observada nos povos indígenas reflete o modo de interação que o grupo desenvolve com o seu meio, revelando as inclinações particulares de cada povo. No caso dos grupos de línguas tupi, por exemplo, nota-se uma expressiva propensão à identificação de nomes ligados às condições da natureza de determinada geografia.

As especificações do ambiente físico, registradas nas camadas toponímicas tupis, podem ser interpretadas como uma reação favorável à própria presença dos fatores mesológicos e a um maior envolvimento do índio com as características específicas dos acidentes: formas e dimensões, situação geográfica, recorte do relevo, escassês ou abundância de vegetação, aspectos típicos aos cursos d’água (coloração, natureza do declive, piscosidade), etc. Assim, podem ser citados, a título de exemplificação, os seguintes topônimos: Iguazu (“rio grande”), Paramirim (“rio pequeno”), Itapuã (“pedra redonda”), Itapira (“pedra empinada”), Ipuazu (“ilha grande”), Paranapiacaba (“lugar de onde se avista o mar”), Caeté (“a mata virgem”), Itarapina (“monte pelado, sem vegetação”), Ibiuna (“terra preta”), Paraíba (“rio encachoeirado”), Ipiranga (“rio vermelho”). (DICK, 1990, p. 42)

Por se relacionarem de maneira mais nômade com seu entorno, esses povos desenvolveram práticas de subsistência ligadas à múltiplas formas de lidar com o ambiente, levando-os a incorporar em sua estrutura linguística tais elementos que para eles se tornavam fundamentais. Isso repercute na toponímia estabelecida por esse grupo social e é o que pode-se confirmar ao examinar a nomenclatura remanescente.

Por isso mesmo, o sistema léxico tupi, como reflexo de uma sociedade de economia mista, deixou uma gama variada de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam ao linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na Toponímia, que se vale deles como fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas. (DICK, 1990, p. 39)

Dick, no fim deste parágrafo, reforça a ideia de mantenedores de memória que os topônimos são revestidos e, pode-se inferir que por isso mesmo se mostram como objetos adequados de estudo dos rastros das culturas que fizeram parte do território brasileiro. No que tange às línguas de origem tupi, esse fato já vem sendo constatado desde há muito, especialmente a partir do trabalho de Teodoro Sampaio.

No trabalho de Carlos Drumond¹³, sobre os Bororo, encontra-se outro exemplo brasileiro onde os topônimos gerados por povos indígenas guardam aspectos do tipo de interação que a população desenvolvia com o seu meio, servindo como base de compreensão sobre determinado povo. Também citado por Dick (1990), o autor observa na toponímia o reflexo do meio ambiente que circundava os Bororo, o qual correspondia à aptidão maior pela caça que o grupo exibia.

Assim, através o (sic) exame dos nomes dados pelos Bororo a morros, rios, ancoradouros, etc., inferimos, de imediato, e no caso tem valor corroborativo, a característica fundamental do gênero de vida destes índios: uma sociedade de caçadores. O mundo animal, intimamente ligado à sociedade humana, através dos elementos ergológicos e animalógicos que compõem o patrimônio cultural deste grupo, está presente na maioria dos topônimos. (DRUMOND, 1965, p. 16)

A homogeneidade cultural dos Bororo veio, dessa forma, a se configurar na toponímia, transformando a área geográfica onde se localizam naqueles casos de densidade onomástica indígena, em que os nomes se encontram diretamente ligados ao próprio denominador – excluída, portanto, a nomeação indireta – e nos quais os topônimos, por força dessa circunstância, puderam se preservar de contaminações externas, na expressão e no conteúdo. (DICK, 1990, p. 38)

O trabalho de autores como Sampaio, Drumond e outros, auxiliam e consolidam o uso da disciplina da Toponímia enquanto um acesso plausível no entendimento sobre o passado dos povos indígenas brasileiros. Como demonstrado por eles, os topônimos revelam muito mais do que o significado das palavras usadas para denominar tal geografia. O estudo dessa ciência onomástica se porta, ao contrário de um direção limitadora, de forma ampla, abrangendo a identificação de importantes informações e traços de um grupo social, assim como o ambiente que o circunda.

A nomenclatura de uma região encerra, na tipicidade de suas designações, amplas possibilidades de estudo. A tessitura toponímica, com efeito, longe está de ser monótona no significado que recobre ou destituída de interesse prático ou científico. Através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto socio-culturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre o “nome” dos acidentes e o “ambiente” em que ele se acha inscrito. (DICK, 1990, p. 35)

Um aspecto importante de mencionar, no que tange aos topônimos de origem indígena no Brasil, é detalhado pelo professor Eduardo Navarro, da Universidade de São Paulo, no artigo intitulado “A toponímia indígena artificial no Brasil: uma classificação dos nomes de origem tupi criados nos séculos XIX e XX” de 2020. Contribuindo com consideráveis estudos e

¹³ DRUMOND, Carlos. *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965.

bibliografia para o campo, o professor é um dos mais conceituados pesquisadores da atualidade do tupi antigo.

Como observado no próprio título, o autor apresenta a toponímia tida como artificial como aquela que é “de atribuição planejada, sendo que os autores da nomeação são conhecidos.” (NAVARRO, 2020, p. 255). Os nomes “atribuídos por iniciativa oficial, como é o caso dos nomes de ruas, de praças, de distritos, de cidades, de municípios etc.” (NAVARRO, 2020, p. 255) são exemplos desse tipo de toponímia. A noção dessa classificação toponímica se faz necessária, especialmente para esta pesquisa, pois uma vez que o objetivo do trabalho é poder acessar informações sobre o passado de determinado grupo através dos rastros deixados por este (no presente caso, o rastro toponímico), é preciso discernir quais nomes antecedem a empreitada colonial e quais foram criados durante e após esse processo.

Navarro apresenta como um dos motivos para o surgimento da toponímia artificial um “projeto de valorizar raízes nacionais e identidades culturais, em consequência de fortalecimento de nacionalismos políticos.” (NAVARRO, 2020, p. 256), no qual pode-se encaixar o caso do Brasil nas décadas que antecederam a proclamação da República. Como visto no capítulo 1, a figura do indígena enquanto raiz de uma identidade nacional foi exaltada nesse período a fim de construir tal identificação, ainda que a imagem produzida pelos escritos se distanciassem da realidade indígena presente na época, romantizando o autóctone do passado.

No caso específico do Brasil, a nomeação artificial em línguas indígenas é explicada por certos fenômenos culturais e sociológicos observados no mundo ocidental desde o século XIX. Um deles foi o Romantismo, que valorizou a tradição histórica e nacional sobre os modelos estéticos da Antiguidade. Volta-se para o passado em busca de modelos e representações das novas nações que então surgiam. No caso do Brasil, tais modelos foram os índios de outros séculos e a língua indígena falada nos primeiros tempos da Conquista. Mitificou-se o índio da costa, o tupi. (NAVARRO, 2020, p. 256-257)

Alguns anos mais tarde, já no início do século XX, o movimento de valorização da figura do indígena é reforçado, sobretudo após a Semana de Arte Moderna em 1922, repercutindo fortemente no governo nacionalista de Getúlio Vargas na década sucedente. Navarro aponta esse momento como “uma época em que os topônimos de origem indígena foram abundantemente criados no país” (NAVARRO, 2020, p. 257), culminando em um decreto-lei de 1943 que apresentava o seguinte texto:

Como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras,

sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO apud NAVARRO, 2020, p. 257)

Essa valorização do passado indígena chegou a influenciar o ensino acadêmico na época, com a criação da cadeira de língua tupi na Universidade de São Paulo em 1935, onde Tupi e Toponímia integravam o currículo do curso de Geografia. Logo, outras universidades iriam seguir o exemplo. “Criam-se cursos de tupi antigo na PUC do Rio de Janeiro (sob a regência do Pe. Antônio Lemos Barbosa), na Universidade da Bahia (com Frederico Edelweiss à frente da dita cadeira) e na Universidade do Paraná (com Mansur Guérios).” (NAVARRO, 2020, p. 257-258). Tais nomes (com exceção do Mansur Guérios), inclusive, se somam nas investigações e análises da presente pesquisa.

Diante desse panorama, proliferou-se então uma vastidão de topônimos criados com base nas línguas indígenas, batizando ruas, bairros, estradas, cidades e etc. Esse fenômeno implicou em uma série de ocorrências toponímicas que perdem muitas de suas características inerentes, exigindo um certo cuidado do pesquisador ao classificá-los. Atento a esse fato, Navarro desenvolve uma categorização para os tipos de topônimos artificiais, auxiliando no reconhecimento de tais. O autor faz uma primeira divisão que separa os nomes em adequados e inadequados, este último se subdivide em mais três categorias.

Sobre os topônimos artificiais adequados Navarro pontua:

São nomes formados corretamente do ponto de vista gramatical e atribuídos a lugares onde as línguas de que se originaram foram efetivamente faladas. Ou, ainda, são nomes de origem tupi já incorporados ao léxico do português. Se compostos, obedecem às regras de composição das línguas de matrizes tupis nas quais foram criados. (NAVARRO, 2020, p. 259)

Os nomes correspondentes a essa classificação comportam uma proximidade com a nomenclatura atribuída pelos próprios indígenas, contudo ainda se enquadram como artificiais pois a sua criação não se originou destes, por mais que mantenham relações com a correta estrutura linguística ou ao local ao qual foram inseridos.

Já sob a categoria dos topônimos artificiais inadequados, o que os faz serem identificados de tal forma está relacionado exatamente à estrutura linguística e a geografia. Assim, têm-se os nomes *geograficamente inadequados*, *linguisticamente inadequados* e os *geográfica e linguisticamente inadequados* (NAVARRO, 2020, p. 259). No primeiro caso, eles se tornam inadequados pois os nomes, mesmo formados corretamente do ponto de vista linguístico, ocorrem em lugares onde não se falava a língua. O inverso desta constatação, acontece no segundo caso, no qual estiveram presentes no lugar que recebeu o topônimo povos

que falavam a língua, porém a formação do nome em si não respeita a gramática da língua ou até uns termos de línguas diferentes. A última classificação é definida pela ocorrência das duas anteriores ao mesmo tempo.

Ao longo do restante do artigo, o professor Navarro reúne exemplos reais de tais toponímias encontradas no Brasil, analisando-as e justificando o motivo de tais nomes terem sido encaixados sob determinada categoria.

Essas colocações feitas pelo professor Eduardo Navarro no artigo mencionado são de suma importância para a presente pesquisa, pois ao selecionar um determinado topônimo, é preciso ter em mente se trata-se de um nome artificial ou não. Para os fins do trabalho, busca-se exatamente o contrário da toponímia artificial, ou seja, aquela nomenclatura que foi aplicada de forma espontânea pelos nativos da língua correspondente, uma vez que tais nomes garantem uma chance maior do restauro e acesso à informações sobre tais povos.

Após essa exposição sobre o que é a disciplina da Toponímia, como ela atua e suas funções, fica explícita a sua relação com os estudos da memória, especialmente nos parágrafos onde fala-se do caráter histórico-cultural que a nomenclatura dos lugares guarda em si. Um topônimo é um pedaço de memória fixado, à princípio, às estruturas linguísticas, que por sua vez estão atreladas ao processo de concepção de um grupo social sobre a realidade. É uma fixação também das condições geográficas de determinado local, e mesmo estando sujeito a significativas mudanças ao longo do tempo seu conteúdo assegurará indicações sobre como era tal geografia, agregando, por vezes, vestígios de outras influências que se sucederam no decorrer do tempo.

Se as denominações tópicas, mesmo quando relativas à realidade circundante atual, se revestem de uma significação histórico-cultural, muito maior, sem dúvida, será o seu papel, quando a análise efetuada possibilitar inferir estilos de vida diferentes, traduzidos em um código linguístico diverso, e dos quais, muitas vezes, os vestígios perceptíveis se inscrevem apenas em nomes geográficos. (DICK, 1990, p. 21)

Acúmulo e resistência fazem então dos topônimos frutíferos objetos de estudo para aqueles interessados no passado, na história e memória, possibilitando uma gama de conteúdo que tange a diversas áreas do conhecimento. O pesquisador voltado para a questão da memória e inclinado a apreender sobre um tempo do qual pouco restou, enxerga nos estudos dos topônimos uma rica fonte de pesquisa com alta probabilidade de favorecer uma tentativa de um restauro de informações em esquecimento. Seu trabalho seria, então, desvendar todas essas informações contidas no topônimo, na intenção de preservar a memória.

CAPÍTULO 3 - O CASO DE GUAXINDIBA

3.1 - Origem e distribuição do topônimo

De posse das ferramentas e metodologias escolhidas para abordar a problemática da presente dissertação (o apagamento e esquecimento das culturas indígenas), trataremos agora do recorte do trabalho, o objeto que comporta os questionamentos referentes à memória, esquecimento e a possibilidade restauração e que delimita o campo de atuação da pesquisa. Entendemos já os rastros como pontos-chave nessa tentativa de reidentificação do passado, assim como os topônimos como sendo um desses vestígios, podendo ser uma segura base de estudos por apresentar características favorecedoras no acesso à memória de uma cultura.

Os topônimos brasileiros de origem indígena, contudo, tem uma “frequência que atinge a milhares de nomes” (DICK, 1990, p. 21) e, obviamente seria da ordem do impossível selecionar todos como objetos de análise. Mesmo se decidirmos fazer o recorte pelo grupo linguístico pertencente a uma mesma comunidade, estaremos lidando com um campo muito aberto para o estudo. Na verdade, uma vez a toponímia sendo objeto, a escolha de somente um topônimo enquanto delimitação do campo se adequa perfeitamente para podermos atingir um nível satisfatório de aprofundamento sobre o recorte, entendendo que através de apenas um nome podemos conectar a diferentes áreas do conhecimento na tentativa de elucidação do passado. Basta um topônimo, como veremos, para nos levar à linguística, história, sociologia, geografia, arqueologia e, especificamente no caso do nome escolhido, à biologia, extraindo informações fundamentais, com o auxílio dessas disciplinas, para fazer com que o rastro toponímico se fortaleça a ponto de contribuir para um possível restauro. Só o número de ocorrência de um mesmo nome, assim como as regiões nas quais eles estão localizados, por exemplo, nos dá material o suficiente para buscar as relações históricas e o pensamento cultural conectado à tal configuração.

Pensando nos fatores acima descritos e em outras motivações que mais a frente serão abordadas, escolhemos o topônimo “Guaxindiba”, bairro da cidade de São Gonçalo, como recorte da presente pesquisa. O nome, porém, não se refere apenas ao bairro, mas a uma quantidade de ruas, estradas e acidentes geográficos localizados pelo Brasil, variando a grafia usada para identificá-lo. Dessa forma, para entendermos a amplitude da distribuição geográfica deste topônimo, precisamos antes compreender as variações pelas quais a palavra foi submetida, facilitando a localização exata dos topônimos no território brasileiro. Para isso será necessário também identificar, em registros históricos, o possível primeiro momento de

aparência do nome em vias escritas, a fim de podermos esboçar a grafia/fonemas que originaram as variações do nome.

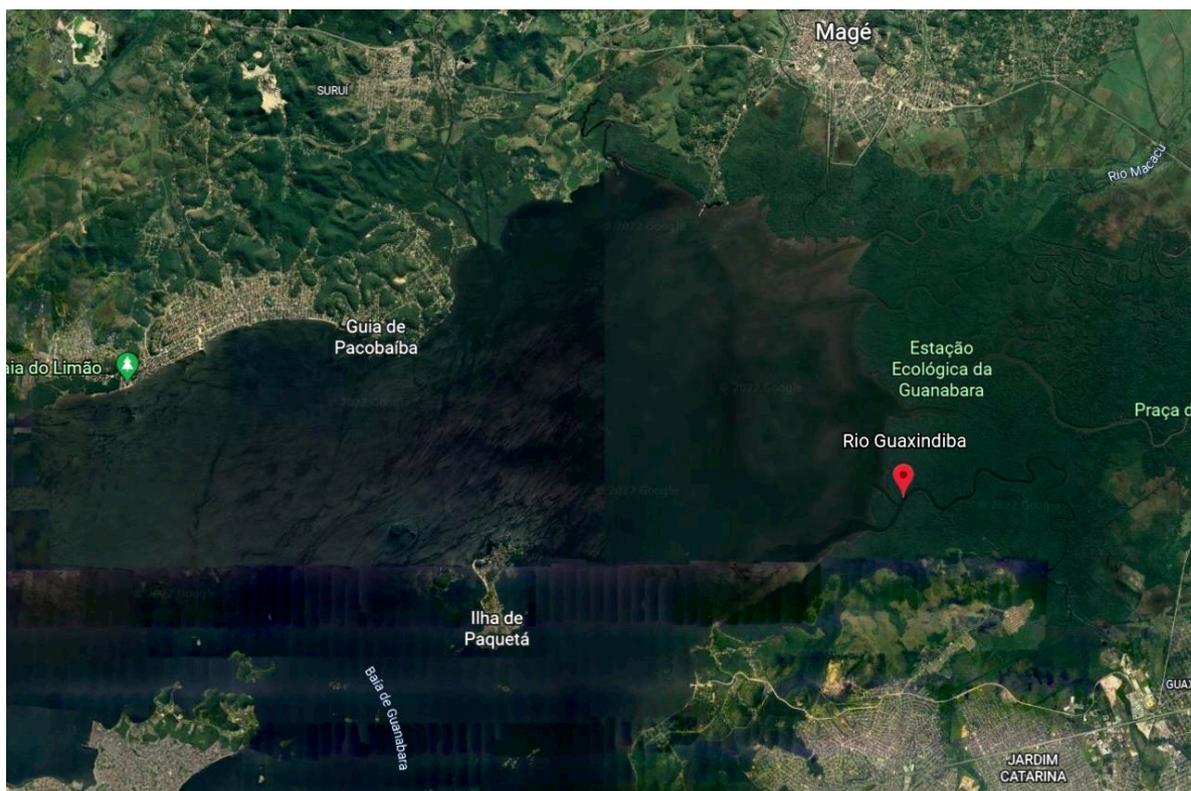
As táticas para localizar determinada palavra ou nome nas fontes históricas precisam dispor de certa mobilidade na realização da busca em documentos de áreas diversas, na intenção de averiguar através de comparações a confirmação de tal nome. Assim, não há dúvidas da validade da iniciativa de procurar um nome nos escritos mais antigos referente a um local. Contudo, é preciso estar atento aos outros tipos de referências documentais deixadas por tal período. Com isso em mente, iniciamos nossa busca pelo topônimo nos registros históricos daqueles considerados os primeiros textos dos viajantes europeus que aportavam no Brasil. Muitos escritos relativos a essa época foram deixados e felizmente encontramos um forte indício do nosso topônimo em um dos mais célebres textos desse período: O Tratado Descritivo do Brasil, de Gabriel Soares de Souza, de 1587.

Na referida obra, Souza faz um levantamento de muitas características que permeavam aquela terra nova aos olhos portugueses, desde a geografia até a fauna e flora, realizando um relevante trabalho que nos auxilia hoje a compreendermos as condições do território na época da chegada dos estrangeiros europeus. Ao descrever os contornos da Baía da Guanabara, assim como os rios conectados a ela, o autor usa um nome que se assemelha ao nome que buscamos.

Defronte do rio Macucu está uma ilha, que se chama Caiáiba, e desta ilha a uma está outra, que se chama Pacatá; e desta à Salvador Correia é légua e meia; e estão estas ilhas todas três em direito leste-oeste umas das outras. E dessa ilha Pacatá direito ao sul estão seis ilhéus, e para o sueste estão cinco, em duas carreiras. Da ponta do rio Macucu para a banda de leste se recolhe a terra e faz uma enseada até outra ponta da terra saída ao mar, em que entra um riacho, que se chama Baxindiba, e da ponta deste riacho à de Macucu é légua e meia. Defronte de Baxindiba, está outra ilha, cheia de arvoredo; de Baxindiba se torna a afastar a terra para dentro, fazendo outra enseada, com muitos mangues no meio, na qual se mete outro rio, que se diz Suaçuna, e haverá de ponta a ponta duas léguas. E no meio, bem em direito das pontas, está outra ilha cheia de arvoredo, e a outra ponta desta enseada se diz Mutungabo. (SOUZA, 1851, p. 102-103)

Ao olharmos um mapa atual da Baía de Guanabara percebemos que alguns dos nomes usados por Souza lá no século XVI estabelecem uma relação com a geografia atual do local. Seguindo a descrição do autor, vemos a ilha de “Pacatá”, hoje Ilha de Paquetá, encontrada relativamente próxima à saída do Rio Macacu, descrito por Souza como “Macucu”.

Figura 2 - Mapa atual da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro



Fonte: Google Earth.

Seguindo o relato de Souza, após o rio “Macucu” o autor escreve sobre um riacho “que se chama Baxindiba” (SOUZA, 1851, p. 102), na frente do qual encontra-se uma ilha cheia de arvoredo. E aqui avistamos o que provavelmente foi a primeira grafia do topônimo “Guaxindiba”.

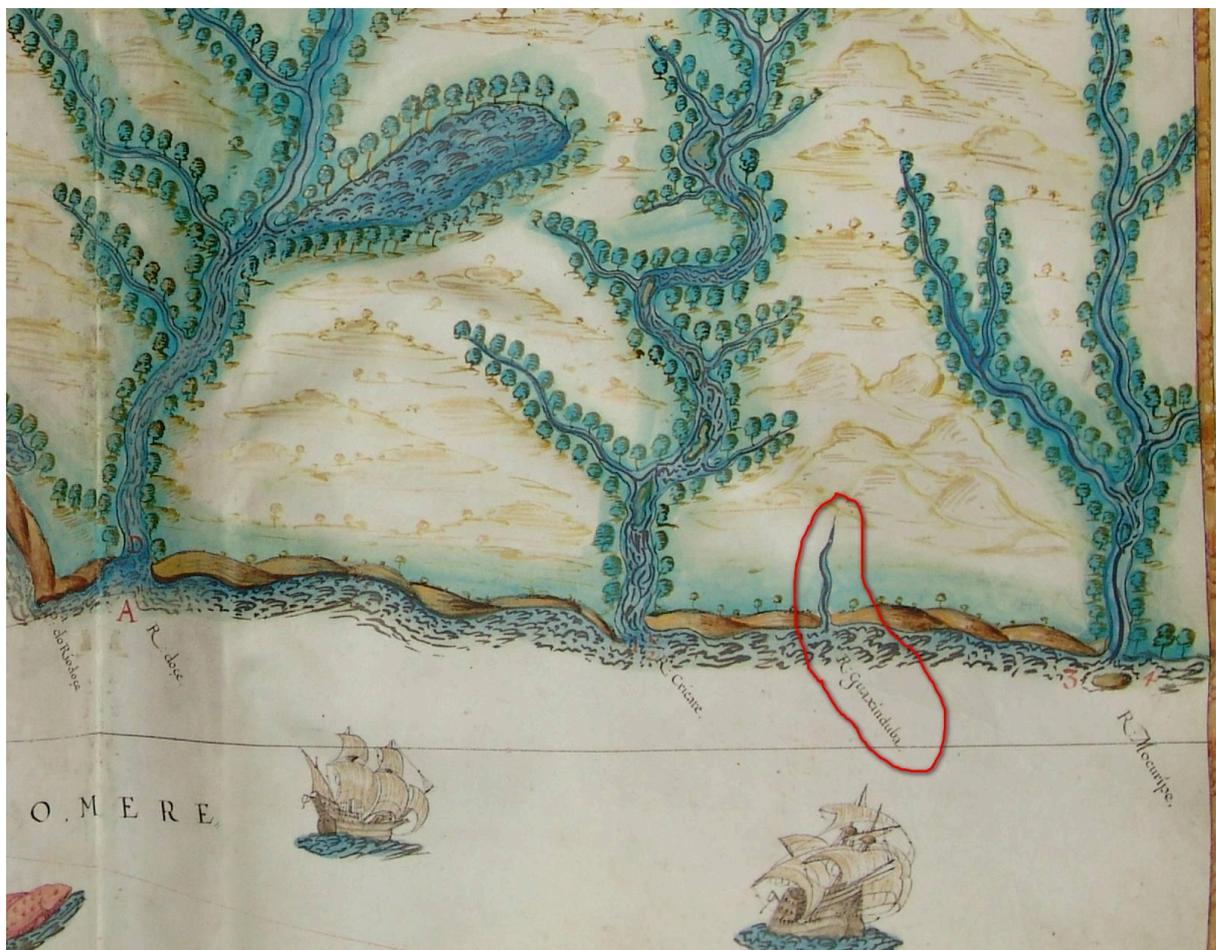
O rio que deságua na baía de Guanabara e é identificado atualmente como “Guaxindiba”, percorre alguns bairros do município de São Gonçalo, dentre eles o bairro que recebe o mesmo nome e que foi nosso ponto de partida para a pesquisa.

Identificamos então, uma primeira menção na história ao topônimo “Guaxindiba” que apesar de ter a grafia levemente desigual da usada por Souza, nos leva a crer que trata-se do mesmo nome, uma vez considerando também a descrição geográfica feita pelo autor e a comparando com a região atualmente. Tais dados seriam suficientes para sanar uma boa porcentagem das dúvidas em relação a essa comprovação, entretanto, quando tratarmos mais a frente sobre a estrutura fonética, perceberemos que os nomes se assemelham ainda mais, aumentando a credibilidade do fato.

Um outro documento do século XVI onde encontramos um nome que pode corresponder, também pelas condições geográficas, ao topônimo “Guaxindiba” é o mapa da Baía de Guanabara do cartógrafo português Luís Teixeira feito por volta de 1574, no qual um

dessa vez não de Luís Teixeira, mas de seu filho João Teixeira Albernaz I (O Velho) que data do ano de 1612. Compondo uma série de cartas geográficas relativas à costa brasileira no manuscrito “Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete asi como o teve dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612”, Albernaz O Velho revela detalhes de muitos topônimos que identificava as baías, enseadas e rios das margens das capitanias brasileiras. Na carta que se inicia com o texto “Demonstração da capitania do Espírito Santo até à Ponta da Barra do Rio Doce no qual parte com Porto Seguro...”, na qual é apresentada a geografia da região que hoje é o estado do Espírito Santo, um dos rios desenhados e nomeados é chamado de “Guaxinduba”, o qual estabelece uma relação com o local nos dias atuais.

Figura 4 - Recorte do mapa de João Albernaz, O Velho



Fonte: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/P37.html

No mapa acima, três pontos de referência nos auxiliam a estabelecer uma conexão da região com a geografia atual do mesmo local. Tanto os rios “Doce” e “Cricaré” à esquerda,

do que seria provavelmente uma variação do topônimo “Guaxindiba”, porém, a fim de atestar o surgimento e o uso de tal nome na região do Maranhão, percorremos o texto de Moreno (1614) e felizmente encontramos menções em relação a nomenclatura.

E assim toda aquella noite, e no outro dia chegarão á Ilha dita de *Santa Anna*, contra as correntes dos mares atoando-se pelas arvores na terra, até que finalmente se vierão ajuntar na boca da barra, da qual Domingo ao amanhecer que forão 26 de Outubro se fizerão á vela por entre aquelles parceis, e bancos perigosissimos para bateis, quanto mais para navios tão carregados, e assim ao expedir da barra derão taes pancadas os navios grandes, que se teve a *Jornada* por concluída: porém Deos, que sem damno algum ás 10 horas do dia se achassem todos no *Guaxinduba* á salvamento, que assim se chama o posto que occuparão dentro nesta grande barra do Maranhão. (MORENO, 1907, p. 249)¹⁵

O trecho acima, descrevendo o momento da chegada da frota portuguesa na região chamada “Guaxinduba”, também é encontrado na “Poranduba Maranhense” escrita pelo Frei Francisco dos Prazeres. Este autor, entretanto, nos fornece um pouco mais de detalhes sobre a descoberta daquele sítio, no qual serviria para a construção do forte de resistência aos franceses.

Passados 3 dias, voltou Belxior Rangel, e deo conta ao general de que, esquadrinhando todos os canaes até junto da ilha do Maranhão, não encontrára Francez algum nem embarcação sua; e que, defronte da mesma ilha, descobrira um sitio denominado Guaxenduba, muito proprio para o alojamento da tropa, tanto pelo aprazível rio, que o regava, como pela aptidão de seo terreno para a lavoura. (PRAZERES, 1891, p.33)

À respeito ainda da Batalha de Guaxenduba, localizamos um documento intitulado “Franceses apresados en la batalla de Guasinduba, río Marañón” datado de 29 de Novembro de 1614 em um site de arquivos espanhóis, onde imagens do manuscrito original estão disponíveis, assim como uma tradução para o espanhol de 1615.

Apesar do tipo de escrita e grafia usada no texto em português dificultar o entendimento claro das palavras e suas estruturas, há o reconhecimento do topônimo, facilitado inclusive pela tradução feita para o espanhol, a qual nos auxilia na localização das palavras e sentido do texto.

¹⁵ Revista Trimensal do Ceará

Texto em português de 1614:

Auto de diligencia e perguntas que o Capitão maior desta
 Jornada Jerônimo de Albuquerque que Marañon e o capi
 tão maior e sargento maior do estado do Brasil Diego de Campos
 Moreno mandaram fazer por serviço de sua Magestade
 dos franceses prisioneiros que se tomaxum na batalha
de Guaxinduba no Rio Marañon

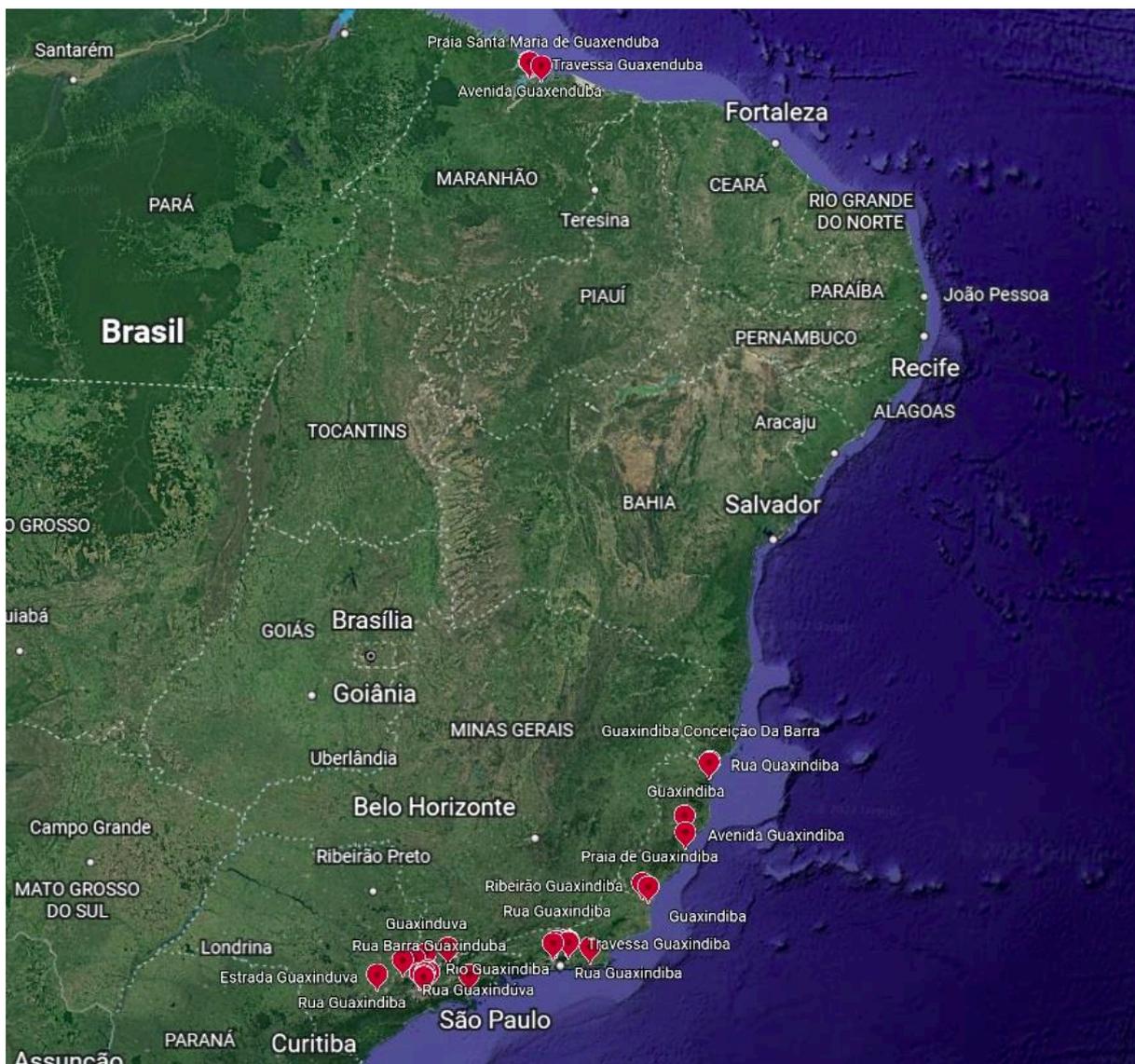
Tradução para o espanhol de 1615:

Auto de diligencias y preguntas que
 el Capitan mayor desta Jornada Je:
 ronimo de Albuquerque Marañon
 y el Capitan y sargento mayor del es:
 tado del Brasil Diego de Campos Mo:
 reno mandaron hazer por servicio de
 su Magestad, de los franceses prisione:
 ros que se prendieron en la batalla de
Guaxinduba en el Rio Marañon

Guaxindiba, Guaxenduba ou Guasinduba se referem todos ao mesmo local que batizou o título dessa batalha, evidenciando o uso do nome desde tempos que remontam ao início do período colonial português. Além do marco histórico, atualmente o topônimo é usado em uma avenida em São Luís e uma praia no município de Icatu no estado do Maranhão.

Percebemos até agora que o topônimo "Guaxindiba" esteve presente desde há muito na história brasileira, tendo algumas variações na sua grafia e estando distribuído em pelo menos três estados diferentes (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Maranhão). Averiguamos nos registros os indícios de que se trata do mesmo nome, apesar de suas variações, e mais a frente nos apoiaremos nos estudos linguísticos para reforçar esse pensamento. Achamos pertinente, entretanto, disponibilizar primeiro um mapa e um gráfico atual do Brasil com a distribuição das ocorrências do topônimo pelo território, assim como a quantia e suas variações na escrita.

Figura 6 - Ocorrências do topônimo "Guaxindiba" e suas variações pelo Brasil.



Fonte: Google Earth.

Tabela 1 - Relação de topônimos variantes de “Guaxindiba” e sua distribuição nacional

VARIACIONES NA GRAFIA	TIPOS DE TOPÔNIMOS			Total
	Avenidas, ruas e travessas	Bairros	Rios e praias	
Guaxindiba	2 (SP) 6 (RJ) 1 (ES)	2 (RJ) 1 (ES)	3 (RJ) 1 (ES)	16
Guaxinduba	1 (SP)		1 (SP)	2
Guaxinduva	6 (SP)	1 (SP)		7
Guaxenduba	1 (SP) 2 (MA)		1 (MA)	4
Quaxindubas	1 (SP)			1
Quaxindiba	1 (ES)			1
Total	21	4	6	31

Fonte: criação do autor

O levantamento das ocorrências dos topônimos se deu através da ferramenta Google Maps e Google Earth, nos quais é possível fazer uso de um campo de buscas para inserir nomes e assim obter uma lista de locais entre ruas, avenidas, rios e etc, com o respectivo nome. Acreditamos que possam existir ainda mais ocorrências que escapam às ferramentas online utilizadas, entretanto o resultado ao qual chegamos nos oferece uma abertura para interpretações e inferências sobre o topônimo e sua relação com os povos que o usaram. É possível perceber, por exemplo, que o nome tem expressiva aparição na região sudeste ou que todos os estados que apresentam a ocorrência estão na costa marítima do país, e esses dois fatos bastariam para termos um leque de possíveis leituras sobre o passado.

3.2 - A guaxima, o guaxinim e a vassoura

Chegar a essa quantia de topônimos relacionados ao nome “Guaxindiba” só foi possível devido ao entendimento do funcionamento da língua e suas variações, assim como do tupi antigo e da língua portuguesa. A alternância, por exemplo, do “u” e o “i” na sílaba “di/du” da

palavra em questão encontra explicação na dificuldade dos falantes do português em vocalizar uma vogal específica do tupi, o /y/, transformando “Guaxindyba” em “Guaxinduba/Guaxindiba”. Essa conclusão é explicitada por estudiosos do tupi, sendo observada facilmente em inúmeros exemplos da própria toponímia,¹⁶ porém a partir dos estudos linguísticos também poderíamos chegar à mesma conclusão, uma vez compreendendo que as vogais /i/ e /u/ se encontram muito próximas em sua execução no aparelho vocal, logo para termos uma variação entre os dois sons em palavras muito similares, provavelmente haveria um som, uma vogal, que estaria no meio termo de ambas, como é o caso do /y/. Essa explicação é a mesma observada nos casos de palavras de origem francesa onde o som do /u/ difere do som da mesma vogal em português, assim teríamos grupos de pessoas que falam a palavra “menu” enquanto “meni” e outros “menu”.

Por exemplo, estudando as possibilidades de variações do tupi em contato com o português, como Sampaio apresenta, entende-se os possíveis caminhos que determinado som pode se ramificar e sua relação com o som ao qual era produzido anteriormente.

A água diz-se **Y**, monossílabo que, no tupi, é uma vogal gutural única, e que nenhuma grafia conseguiu ainda representar exatamente: daí também a variedade de sons que se lhe tem atribuído. Não existindo, no português, o som do y grego, ou **u** dos franceses, a pronúncia da gutural tupi ficou, ora equivalente a i simples, como nos vocábulos: **Icatu**, **Ipanema**, ora equivalente a u, como em **Utinga**, **Umirim**, Unhã. (SAMPAIO, 1987, p.126)

Essa percepção do comportamento linguístico no contato com outras línguas é uma das chaves para desanuviar as dúvidas surgidas ao procurarmos o significado do topônimo escolhido, como veremos a seguir.

Ao embarcamos na tentativa de entender a etimologia da palavra “Guaxindiba” e suas variações, nos deparamos com alguns pontos que divergem entre si dependendo do pesquisador que analisou a palavra, tornando árdua a pesquisa pelo seu sentido original com um cuidado redobrado para as fontes que asseguram a veracidade de tal significado. Com sorte, parte da palavra encontra unanimidade em seu sentido entre os principais autores, resolvendo grande parte da busca. O sufixo “diba” é esse pedaço do nome que felizmente se apresenta solucionado quanto ao seu significado.

O “diba” de “Guaxindiba”, origina-se no termo “tyba” e traz a ideia de grandes quantias, como nos mostra Sampaio.

¹⁶ Mangaratiba. Ubatuba. Caraguatatuba. Sepetiba.

O sufixo tyba, que a má pronúncia do y desdobrou em tiba ou tuba, exprime abundância e vale pelo sufixo português al ou eiro. Assim:

De	Faz-se
curi, pinhão	curityba, pinhal
ita, pedra	itatyba, pedregal
rery, ostra	rerytyba, ostreira
caapi, capim	caapityba, capinzal. (SAMPAIO, 1987, p. 89)

Como visto na citação mais acima, a transformação do fonema /y/ em /i/ ou /u/ acontecia com frequência com os falantes da língua portuguesa, uma vez que tal som não integrava a língua destes, sofrendo uma substituição por aqueles sons que se encontram mais próximos dessa vogal extremamente presente no tupi antigo. Com isso, muitas vezes os topônimos diferem em sua grafia e sonoridade, mantendo entretanto uma mesma palavra e significado que os antecede. Sampaio chama tal evento de corrupção da pronúncia e aborda que o fato “tem dado itatiba; capitiba ou capituba; assim como imbetuba ou imbetiba; araçatiba e araçatuba; guaratiba ou guaratuba.” (SAMPAIO, 1987 p. 89), por exemplo. Em nosso caso, “Guaxindiba - Guaxenduba”.

Montoya (1639) em seu “Tesoro de Lengva Gvarani” apresenta um vasto léxico onde observamos o sufixo “tyba” em algumas das palavras sendo traduzido também com a ideia de abundância. Para a palavra que significa um aglomerado de pés de algodão, por exemplo, a descrição vem como “Aminijutiba” (MONTROYA, 1639, p. 97). Segundo o professor Eduardo Navarro, em seu dicionário de tupi antigo, a palavra descrita por Montoya vem “de amynyû + tyba: ajuntamento de algodoeiros” (NAVARRO, 2013, p. 542).

Em um texto de 1966 para a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), intitulado “Os topônimos indígenas do Rio de Janeiro Quinhentista”, Frederico Edelweiss investigando as mudanças e perdas dos nomes de aldeias presentes na baía de Guanabara na época da chegada dos colonos portugueses e franceses apresenta o sufixo em questão como: “tyba - sufixo abundancial” (EDELWEISS, 1967, p.93 - Revista IHGB). Da mesma forma em seu “Curso de Tupi Antigo” o Padre Lemos Barbosa afirma que “tyba implica abundancia, lugar em que há muito. Muito usado com nomes de plantas e minerais.” (BARBOSA, 1956, p. 154)

Assim, tal interpretação para o sufixo analisado está muito bem estabelecida e aceita entre importantes estudiosos do tupi antigo, desde os mais distantes até os mais contemporâneos.

Quanto a transformação do “t” de “tyba” em “d” de “diba”, encontramos explicação no funcionamento do tupi antigo, assim como outras linguas da família tupi-guarani, onde entende-se que o fonema /t/ quando antecedido de um som nasalizado transmuta para o fonema /d/¹⁷.

A confluência de interpretações observada na busca pelo significado do sufixo “tyba” não acontece com o termo que o antecede, “guaxin”. Na verdade, a palavra nos leva a uma laboriosa investigação sobre o seu sentido, uma vez que os principais autores consultados divergem quanto à sua interpretação, sendo necessária a incorporação de outros registros científicos que possam nos levar a uma leitura mais aproximada do seu significado original.

Iniciaremos apontando as duas principais traduções dadas ao topônimo “Guaxindiba”, e suas variações, por dois autores de peso quanto aos estudos do tupi antigo. Sampaio, que já vem sendo referenciado na presente pesquisa, apresenta uma tradução para o nome usando a estrutura de grafia “Guaxenduba”, como a da Batalha de Guaxenduba, traduzindo a palavra por “as vassouras em abundância; o sítio das vassouras; o vassoral.” (SAMPAIO, 1987, p. 240). Apesar do autor não especificar quais as fontes consultadas que apontaram para tal tradução, encontramos uma conexão com a palavra “guaxima” surgida em alguns dicionários e textos identificando diferentes espécies de plantas usadas para diversos fins, inclusive a fabricação de vassouras.

“Guaxima” é um nome que, pelo o que nossas pesquisas demonstram, remonta pelo menos ao século XVI, aparecendo por entre 1550 e 1560 no manuscrito “Apologética história de las Índias” do Frei Bartolomeu De Las Casas, o qual, em trecho que descreve os usos de determinadas plantas e árvores pelos povos indígenas que habitavam a Isla Española, escreve:

Hay otros que llamaban los indios **guacimas**, la media sílaba breve, que propios son moredas en la hoja, puesto que la tiene áspera y gruesa, pero cuando comienza la nueva creo que sería para criar seda ó poco menos; la fruta es de hechura de moras, pero es muy dura y negra, puesto que tiene algún zumo pero muy poquito, y es dulce como miel, por lo cual los puercos le comen y con ella engordan y la van á buscar donde la huelen, como tras los hovos dejimos en el precedente capítulo. Deste árbol sólo sacaban huego los indios; tomaban dos palos dél muy secos, el uno tan gordo como dos dedos, y hacían en él con las uñas ó con una piedra una mosquecita, y ponían este palo debajo de ambos pies, y el otro palo era más delgado como un dedo, la punta redondilla, puesta en la mosca: con ambas palmas de las manos traíanlo á manera de un taladro, y esto con mucha fuerza; con este andar de manos salía del palo de abajo molido polvo, de la misma manera delgado como harina; quanto el palo de abajo se ahondaba con el de arriba, y quanto más el hoyo se ahondaba y el polvo salía, tanto más se hacia á priesa con las manos y con fuerza ó vehemencia, y entonces el mismo polvo ó maderá molida que del palo de abajo salía era encendido de la manera que se enciende la yesca dando con el eslabón en el pedernal en Castilla. (LAS CASAS in SERRANO Y SANZ, 1909, p. 35, grifo nosso)

¹⁷ Ver em BARBOSA, 1965, p.38-39

Apesar de estar grafado enquanto “guacima”, comparando com as características descritas por De Las Casas e acompanhando a mudança da palavra ao longo da história (chegando ao nome “guásima” nos tempos mais recentes)¹⁸, sabemos tratar-se da mesma palavra “guaxima” abordada por diversos textos brasileiros.

Gabriel Soares de Souza no “Tratado” também menciona o nome, fazendo uma descrição de alguns de seus usos.

Criam-se outras hervas pelos campos da Bahia, que se chama guaxima, da feição de tanchagem; mas tem as folhas mais pequenas, da feição de escudete, e tem o pé comprido; as quaes são brancas da banda debaixo, cuja natureza é fria; e posta sobre chagas e coçaduras das pernas que tem fogagem, as desafoga, encouram com ellas, sem outros unguentos. (SOUZA, 1851, p. 205)

Em um manuscrito de 1769, o autor Joseph Barbosa de Sáa, descrevendo a vegetação encontrada na costa do Rio de Janeiro, São Paulo, sul de Goiás e Mato Grosso, menciona:

Basoura chamada guaxuma bem conhecida por serem suas ramas as com que se costumão barer as casas, por ser dura e forte propria para hiso; ha de seis divercidades, a mayor e mais cresida cuja estopa preparada hé muito boa para cordas e tesumes, o sumo da folha, que he gusmoso desfas apostemas internas e externas bebido, e posto en implastos; he tambem bom remedio tomado em ajudas para as almoreimas. (SÁA, 2013, p. 132)

É preciso ressaltar que assim como “Guaxindiba” possui uma variedade de nomes parecidos que fazem menção a uma mesma palavra, “Guaxima” também possui suas variantes, como “guaxuma” presente na citação acima ou outras como “guanxuma”, “uaicima”, “guacima”, etc.

A “guaxima”, dessa forma encontra referências ao longo de diversos momentos após a chegada dos europeus não apenas no Brasil, mas, como visto, em outras regiões do continente. Esses dados nos ajudam a assegurar que a palavra descende de línguas indígenas. No caso da “guásima”, a palavra é apontada no dicionário da Real Academia Española como oriunda do taíno, uma língua falada pelos povos originários de regiões da América central. Em relação ao Brasil ela é apontada como de origem tupi quase que unanimemente pelos dicionários e estudiosos.

Não identificamos o número exato de espécies de plantas às quais o nome está vinculado, mas podemos afirmar que pelo menos mais de cinco plantas recebem esse nome considerado hoje de uso popular.

¹⁸ Diccionario de la lengua española, 23 Edição, 2014.

Em um boletim emitido pela Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo de 1901, identificamos na “Secção Botanica” um artigo escrito por Gustavo Edwall intitulado “A guaxuma e outras malvaceas fibrosas de S. Paulo”, no qual é abordada a relação de algumas plantas vinculadas ao nome, afirmando que “o uso da guaxuma é tão antigo que nos veio dos indios indigenas do Brazil, e a propaganda para a cultura e a manufaturação da mesma, data de mais de cem annos.” (EDWALL, 1901, p. 245). Edwall relaciona algumas plantas nativas da região de São Paulo sob tal nomenclatura e que tiveram uma atenção no século XVIII por guardar um grande potencial na fabricação de utensílios como cabos, cordas e roupas, trazendo como fonte de dados o artigo “Memória sobre a Guaxima” de José Henrique Ferreira. Dentre as espécies de plantas ligadas ao nome “guaxima”, o autor cita a *Urena Lobata*, *Sida Carpinifolia* e o *Hibiscus Tiliaceus*, as quais permanecem identificadas sob o mesmo nome até os dias atuais.¹⁹

A quantia de espécies diferentes de plantas que são reconhecidas pelo nome “guaxima” poderia nos levar para um complexo campo de incertezas sobre a etimologia da palavra e os motivos usados pelos povos indígenas na identificação de tais plantas, se os dados não apontassem para um ponto onde essas informações se reúnem, garantindo certa coerência por parte dos povos nativos. Esse ponto diz respeito à classificação dessas espécies de plantas, as quais pertencem, salvo pouquíssimas exceções, à família das Malváceas, incluindo até a “guásima” da América Central. Diante disso, confirma-se a praticidade e inteligência dos povos indígenas nas suas formas de taxonomia do meio vegetal como reverenciada pelo botânico João Barbosa Rodrigues²⁰.

Dentre algumas das espécies que se encontram enquanto sinônimos de guaxima e vassoura simultaneamente estão por exemplo a *Sida Carpinifolia* e a *Sida Rhombifolia*, esta última muito usada para fins medicinais similares aos descritos por Gabriel Soares.

Através dessas análises sobre a relação da “guaxima” com a vassoura, deduzimos que quando Sampaio traduz “Guaxenduba” como o “as vassouras em abundância” ele refere-se a palavra “guaxima” o que poderia nos levar a uma composição do tipo: guaxima + tyba. Tal composição é de fato possível quando entendemos o comportamento de algumas junções de palavras no tupi antigo.

A segunda tradução dada ao termo “guaxin” em “Guaxindiba”, a qual diverge da apontada por Sampaio, é encontrada no “Dicionário de tupi antigo: a língua clássica do Brasil” do já mencionado professor Eduardo Navarro. O significado da palavra aparece da seguinte

¹⁹ Dicionário aurélio online, link: <https://www.dicio.com.br/guaxuma/>

²⁰ Para saber mais ler: Mbaé Kaá Tapyiyetá Enoyndaúa (A botânica nomenclatura indígena). 1905.

maneira na obra: “**Guaxindiba** (ES). De **gûasunĩ** - guaxinim, animal carnívoro procionídio + **tyba**: *ajuntamento de guaxinins.*” (NAVARRO, 2013, p. 564). O autor soma na tradução do sufixo “diba” como indicativo de grandes quantidades, como a maioria dos estudiosos do tupi, porém o termo que se conecta ao sufixo é traduzido por Navarro como oriundo da palavra “guaxinim”, diferindo substancialmente da tradução de Sampaio.

Da mesma maneira que foi necessária uma árdua busca pelas origens e relações da palavra “guaxima”, partindo do princípio que esta seria o substantivo presente no topônimo “Guaxindiba”, percorremos também os possíveis registros históricos que elucidassem a ocorrência e transformação da palavra “guaxinim” para que após uma análise pudessemos entender se alguma das duas suposições estaria afinada com um significado mais coeso.

O mais fundo que conseguimos chegar na reconstrução da palavra é também descrita por Navarro em seu dicionário, dando como referência a obra de Fernão Cardim, “Tratados da Terra e Gente do Brasil” datada do final da segunda metade do século XVI. Nesta, o autor escrevendo sobre as espécies de animais encontradas no Brasil menciona o “Iaguacini”, um animal que “he tamanho como raposa de Portugal, tem a mesma côr de raposa, sustenta-se somente de caranguejos, e dos canaveaes d'açucar, e destruem muitos delles; são muito dorminhocos, e dormindo os matão, não fazem mal.” (CARDIM, 1925, p. 44). “Iaguacini” seria então o mais próximo que a palavra se encontrava na época do contato com os colonizadores. Com o tempo a palavra foi se transformando em “guaxinim” usada atualmente.

Figura 7 - Guaxinim presente no Brasil, também conhecido por Mão-Pelada.



Fonte: <https://www.coisasdaroca.com/animais/mao-pelada.html>

Como em “guaxima”, não identificamos referência histórica alguma que pudesse ligar diretamente a palavra ao topônimo “Guaxindiba”, exigindo uma análise através de outros métodos e estudos que definam o significado com mais precisão. Partimos então da linguística novamente para observar o comportamento do tupi antigo na formação e estrutura de suas palavras.

O topônimo em questão, “Guaxindiba”, trata-se de uma palavra composta, como vem sendo indicado ao longo das investigações aqui presente, nos direcionando para a necessidade de entender como comportam-se as palavras do tupi antigo ao juntarem-se umas com as outras, ou seja, quais regras são obedecidas nas composições de palavras tupi. Tal compreensão foi facilitada através do “Curso de tupi antigo” do Padre Lemos Barbosa e o “Método moderno de tupi antigo” do professor Eduardo Navarro, ambos com profundo detalhamento da gramática da língua, nos quais são disponibilizados exemplos e exercícios para praticar a língua.

No que tange às palavras compostas, identificamos a seguinte relação: “Nos casos de composição, incorporação e derivação, o primeiro elemento, sendo paroxítono, diante de consoante, perde a última sílaba; diante de vogal, perde a última vogal” (BARBOSA, 1956, p.

35). Essa afirmação satisfaz o entendimento da perda do “ma” de “guaxima” quando composto com “diba”, uma vez que a acentuação tônica²¹ da palavra recai sobre a segunda sílaba.

No caso da formação “guaxinim/iaguacini” + “tyba”, encontramos mais dificuldade no respaldo gramatical que assegura tal combinação, pois tratam-se de palavras oxítonas, logo a queda da sílaba “nim/ni” seria mais difícil de ocorrer e o resultado provável chegaria a algo mais como “guaxinindiba/iaguacinidyba” do que como o topônimo se apresentou desde o século XVI e XVII²². Ainda assim, estudamos através dos cursos do Padre Lemos Barbosa e do professor Navarro alguma explicação que pudesse sustentar a composição “guaxinim + tyba = guaxindiba” e infelizmente não conseguimos identificá-la.

Diante dos dados não é possível concluir com certeza qual das traduções apresentadas por Teodoro Sampaio (“Guaxenduba”, campo de vassouras) e Eduardo Navarro (“Guaxindiba”, ajuntamento de guaxinins) é fidedigna ao sentido original dado pelos indígenas desde antes do contato com os europeus. Mesmo fazendo uso das gramáticas que elucidam o funcionamento do tupi antigo, não obtemos uma confirmação plena de qual das duas palavras que formam o topônimo estaria mais correta, apenas indicações.

Apesar do professor Eduardo Navarro obter significativa credibilidade com respeito aos estudos do tupi antigo, sendo um dos estudiosos contemporâneos de maior importância na área, e contrastar fortemente com Teodoro Sampaio, o qual apresenta sua pesquisa em um estado muito inicial dos estudos toponímicos, carecendo muitas vezes da compreensão de um rigor do funcionamento da língua, estabelecemos uma afinidade maior com a tradução dada ao topônimo “Guaxindiba” por este último. Os estudos linguísticos sobre a estrutura do tupi favoreceu enormemente para esse posicionamento, porém outro fator, o qual será descrito nos próximos parágrafos, veio a se somar ao sentido da palavra atribuído por Sampaio, reforçando-o.

Como vimos, “guaxima” é um nome de uso popular, de origem indígena, atribuído à diversas plantas que quase em sua totalidade congregam algo em comum, o pertencimento a uma mesma família. Dentre essas espécies de plantas encontra-se algumas como a *Sida Carpinifolia*, usada na fabricação de vassouras caseiras.

²¹ A questão seria se tal palavra sempre teve a mesma tonicidade desde o tempo da chegada dos colonizadores, porém deixaremos essa análise para um trabalho posterior mais focado no assunto, ainda que a falta de tal informação possa reduzir um pouco a credibilidade na origem da formação do topônimo.

²² Outra vez, se torna difícil garantir que a tonicidade da palavra permaneceu da mesma forma como os seus falantes originais a sonorizavam.

Figura 8 - *Sida carpinifolia*, “guaxima”



Fonte: Google imagens.

A prática da fabricação de tais vassouras esteve presente em minha infância na cidade de Cachoeiras de Macacu. Meus avós maternos moravam lá, em um sítio bem afastado da centro da cidade e da urbanidade, era tão afastado que nem havia eletricidade e nem estradas apropriadas para carros. Sempre ia visitá-los e cheguei a morar com eles por alguns anos ainda criança. Nessa convivência, aprendi, junto dos meus irmãos, diversos saberes sobre a vida no mato, muitos dos quais meus avós carregavam consigo desde a época de suas infâncias nas redondezas do município de Macaé. Em tais conhecimentos estavam contidos inúmeros modos de fazer que tornavam a vida mais prática com uma sabedoria refinada atravessada por gerações. Muito desse saber aprendi no próprio fazer, enquanto outros só viria a me dar conta quando mais velho. É o caso das inúmeras palavras indígenas que tive contato durante essa época: imbira, cipó, embaúba, tapera, jirau, cumbuca, coité, kuruéra, itaperiti, araçá, entre outras. Tais palavras chegam a ser comuns para pessoas acostumadas com a vida no mato, porém outras denotam um saber muito específico como no caso da “kuruéra”, que eram as bolotas que sobravam do processo de fazer farinha de mandioca. Outra atividade, inclusive, que fui exposto e aprendi no tempo de convivência na casa dos meus avós.

Rodeada de árvores, a casa dos meus avós era feita de pau a pique e o chão de barro batido, o que demandava um cuidado especial durante a limpeza diária. Por exemplo, usar uma vassoura de piaçava para varrer o chão era aceitável porém não tão indicado, uma vez que as cerdas duras poderiam, se usada com vigor, cavar o chão da casa, retirando mais do que apenas a sujeira cotidiana. Isso não acontecia quando se usava uma vassoura de mato, como minha avó a chama. Essa, devido às folhas e cerdas maleáveis, atingia o ponto suficiente para não ser mole demais, dificultando a retirada da sujeira, e nem ser tão dura como a piaçava. Ela tinha o ponto ideal e, ao contrário do que muitos poderiam pensar, era resistente ao tempo também. Obviamente não durava tanto quanto a piaçava, mas também não havia necessidade de trocá-la após o seu uso. Pelo contrário, uma vassoura de mato poderia durar de vinte dias à um mês. Isso sem falar no odor agradável que ela soltava pela casa ao ser usada. Dizem que o sentido da memória é o olfato e ao relatar esse aspecto da vassoura de guaxima compreendo perfeitamente o porquê. O cheiro da vassoura de mato me transporta quase que de imediato para essa vivência da minha infância.

Todas essas características e funcionalidade da vassoura de mato não se davam ao acaso, o processo de construção desta dispõe de um saber inerente que garante a praticidade da ferramenta no uso destinado e a escolha da planta era a parte fundamental. Lembro de muitas vezes observar minha avó colhendo as plantas para fazer a vassoura. Não era qualquer mato. Cuidadosamente ela ia a vinha em um campo cheio de ervas e plantas, rodeando e pegando as plantas da mesma espécie. Após ter colhido um fecho considerável da planta, ela terminava a busca. A planta não era tão grande, era muito raro chegar a um metro de comprimento, ficando em torno de 60 a 70 centímetros, tinha um longo caule reto com alguns galhos menores saindo deste. A colheita se dava geralmente fazendo uso de uma faca, pois a planta tem uma raiz profunda, muito trabalhosa de ser arrancada e o caule é muito resistente também, quebrá-lo com as mãos era doloroso e árduo.

Após muitas sessões de observação, minha avó passou a confiar a tarefa à mim e meus irmãos e pude experimentar todas as características mencionadas acima com as próprias mãos. Dessa forma aprendi a fabricar e a usar as vassouras de mato durante o tempo que passei com meus avós. Esse saber não se apagou da minha memória, entretanto após me mudar para outra cidade, nunca mais realizei tal atividade.

Já morando em São Gonçalo por algum tempo, minha família e eu nos mudamos para um bairro chamado “Guaxindiba” localizado perto da fronteira com Itaboraí. Esse bairro não tinha uma reputação muito boa, pois sempre foi um pouco esquecido pelos governantes da cidade. Contudo, existiam umas peculiaridades bem interessantes em relação a história do

bairro, por exemplo que ele havia recebido seu nome ainda no século XVII, por conta do rio que o cortava também chamado “Guaxindiba”.

Foi apenas após iniciar a presente pesquisa, morando agora na cidade do Rio de Janeiro, que descobri sobre a possível conexão do topônimo com um tipo de planta guaxima, o que me levou a aumentar o interesse na pesquisa sobre tal topônimo, entendendo que este poderia ser a chave pra acessar um conjunto de informações soterradas ligadas a minha história enquanto indivíduo e conseqüentemente a um pedaço da história indígena brasileira. Desse modo, a partir do momento que tive conhecimento do significado de “Guaxindiba” enquanto “as vassouras em abundância” e que por vassoura entende-se uma espécie de guaxima que é usada na fabricação de tal objeto, não hesitei em fazer diversas visitas ao bairro a fim de averiguar se tal espécie continuava a permeá-lo. E felizmente pude concluir que sim, as guaximas estão muito presentes na região, realmente em um estado de abundância.

Dessa constatação, precisei reconectar àquela memória de infância com minha avó e fabricar, depois muitos anos, uma vassoura de guaxima.

Figura 9 - Vassoura de feita de guaxima (*sida carpinifolia*) 1



Foto: David Abreu

Figura 10 - Vassoura feita de guaxima (sida carpinofolia) 2



Foto: David Abreu

Figura 11 - Vassoura feita de guaxima (sida carpinofolia) 3



Foto: David Abreu

Figura 12 - Alciléa Porto com vassoura feita de guaxima (*sida carpinifolia*) 4.



Foto: David Abreu

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa almejou investigar uma possibilidade de restauração e acesso a um passado degradado pela história e em vias de esquecimento pela contemporaneidade. O legado dos povos indígenas no caso brasileiro está longe de integrar uma narrativa mais justa e com o mesmo nível de importância que os outros atores da história do Brasil têm, porém as pesquisas em memória são promissoras pra reverter esse quadro. Esta foi tratada aqui através da perspectiva do rastro, sendo um ponto que também congrega a problemática do apagamento. Foi exposto como através dos cacos, vestígios, resquícios e indícios, o acesso à informações de um tempo passado que não se tornaram disponíveis no presente ganha novas proporções, expandindo e gerando alternativas às versões oficiais. Desse modo, obter dados sobre determinada cultura de um povo massacrado pelo processo colonial brasileiro encontra respaldo em uma metodologia que toma os rastros como ponto de partida.

Através desse entendimento, encontramos na toponímia brasileira de origem indígena uma matéria auspiciosa para pormos em prática a metodologia de investigações dos restos afim de se obter dados sobre os povos que lançaram mão de tais nomenclaturas. Percebemos que o topônimo é uma manifestação sociocultural complexa que envolve diversas camadas da relação do indivíduo com o meio, funcionando como uma base de apreensão não só a nível semântico, mas compreendendo também fatores sociológicos, psicológicos, antropológicos, históricos, políticos, geográficos e etc.

Relativamente ao propósito da pesquisa, a toponímia corresponde de forma satisfatória por meio de um dos seus atributos inerentes: a capacidade de armazenar dados e transmiti-los à posteridade; o que transforma uma nomenclatura de determinado lugar em uma memória fixada passível de leituras e interpretações. Assim, pesquisar à fundo os topônimos de origem indígena é poder se deparar com narrativas soterradas pelo processo civilizatório e poder desvendar uma gama de informações à respeito de quem eram essas pessoas.

A fim de exemplificar essa relação da toponímia com a releitura do passado, fizemos o recorte da pesquisa com o topônimo “Guaxindiba”, examinando os atravessamentos históricos pelos quais tal nome esteve vinculado. O propósito da escolha de apenas um topônimo foi evidenciar a profundidade e complexidade que pode ser extraída de uma única nomenclatura. “Guaxindiba”, nos dias atuais, ocorre em diversos estados brasileiros como exposto na tabela 1, guardando algumas similaridades em suas ocorrências. A ideia é que a análise dessas

semelhanças combinadas com documentos históricos, relatos e mapas, nos auxiliaria com possíveis inferências sobre a identidade do povo que usou tal nome, os motivos pelos quais tal população fez o seu uso, qual a importância econômica e culturalmente que o topônimo apresentava para determinada população, se se tratou sempre de uma mesma etnia, qual percurso histórico do povo em questão, entre outras. Entretanto, devido à questões de prazo ligadas ao surgimento da pandemia do COVID-19, não foi possível, infelizmente, conduzir a pesquisa pelos caminhos mencionados acima.

Contudo, os resultados iniciais obtidos ao longo da pesquisa já deixam transparecer parte dos objetivos descritos acima. A pesquisa etimológica do topônimo, nos levou a lugares de compreensão interessantes para uma tentativa de restauro, por mais que não foi possível chegar a uma conclusão mais sólida sobre o significado do nome “Guaxindiba”.

A possibilidade do nome indicar a planta “guaxima” preenche grande parte das expectativas da pesquisa, pois vimos que, apesar da palavra apontar para algumas espécies de plantas diferentes, encontra-se uma utilidade e finalidade com os usos destas. Assim, como abordado no capítulo 2, identifica-se uma lógica no pensamento indígena ao nomear os lugares, tornando tal atividade com muito mais complexidade e expondo o que era relevante para tais indivíduos. Disso podemos nos perguntar se o que esses povos sabiam sobre o uso de determinada planta foi transmitido em sua totalidade até o presente. Essa indagação nos é tentadora, uma vez que pode se tratar de um saber de significativa relevância para sociedade que jaz ainda na ocultação.

A conexão entre o significado do topônimo enquanto “guaxima” com a vivência que tive com meus avós também atinge um lugar muito importante no que diz respeito a (re)identificação dos antepassados. Eu descendo de pessoas indígenas e o incômodo de não ter o mínimo vislumbre de quem eram essas pessoas e de quais etnias elas vinham é perturbador. É como sofrer uma perda de memória. Tomar posse de alguma ferramenta que possa ajudar na recuperação de informações sobre esse passado é extremamente satisfatório a nível individual, tornando-se inegável, também, a contribuição coletiva que tal iniciativa apresenta. Entender mais sobre aqueles que vieram antes fortalece a compreensão de quem somos hoje, aquilo que nos singulariza, aquilo que temos de recurso dentro de nossa própria cultura.

Por meio de uma vassoura de mato, compreendi mais sobre os lugares por onde passei e sobre uma possível ligação da minha família com algum povo de língua tupi (a que tudo indica os Tupinambás). Tal esboço se torna, para quem se encontrava em um vazio quase que total sobre parte do próprio passado, um patrimônio.

Os resultados e análise feitos aqui também dão margem para estudos mais específicos e direcionados. Por exemplo, seria possível propor a construção de uma cartilha da toponímia indígena presente em todo o estado do Rio de Janeiro, identificando seus possíveis nomeadores e apreendendo mais sobre suas culturas. Tal proposta integraria satisfatoriamente, algum projeto para os ensinos fundamental e médio que vise trabalhar a lei 11.645/08, a qual torna obrigatório “o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.” (BRASIL, 2008). Pensando na proposta da cartilha ou cartografia, seria viável também construir um projeto de exposição para museus que focasse a contribuição toponímica dos povos indígenas para o Brasil, tocando em pontos da memória e do patrimônio.

Outra possibilidade de desdobramento da pesquisa seria, em uma tese de doutoramento talvez, estreitar o debate com os campos da sociologia e antropologia mais diretamente, trazendo autores que se debruçaram sobre a questão do pensamento e cultura indígena. Claude Lévi-Strauss é um dos exemplos que dialogam fortemente com o presente trabalho. Em sua obra “O pensamento selvagem”, o autor expõe a inteligência científica por trás dos sistemas de classificação que os povos autóctones usavam para se relacionar com o meio, os quais muitas vezes foram tratados pela antropologia e ciência como superficiais e inferiores, colocando-os como estando em uma etapa de evolução da qual o pensamento científico ocidental já ultrapassou há muito. Lévi-Strauss, através de inúmeros exemplos e relatos, desconstrói tal crença, demonstrando o nível de riqueza e propriedade que os povos originários criaram e dispunham para o convívio social.

Comentando sobre a relevância de se aproximar das lógicas de operação de uma sociedade indígena tomando como base outras referências que não só os trabalhos etnográficos, o autor cita o biólogo J. G. Dennler, o qual produziu uma obra sobre os guaranis. Este afirma que “guardar a lembrança dos termos indígenas da fauna de um país não é apenas um ato de piedade e de honestidade, é um também um dever científico.” (DENNLER apud STRAUSS, 2012, p.62). Por mais que o autor direcione a fala para fauna, entendemos que esse dever se aplica à todas as outras manifestações linguísticas de um povo, incluindo, é claro, a toponímia.

O estudo da toponímia indígena, pela ótica da obra de Lévi-Strauss e outros autores, ganha mais uma camada de profundidade que nos auxiliaria ainda mais no entendimento da relação de tais povos com a existência, disponibilizando diferentes lógicas e sistemas de leitura da realidade, os quais enriqueceriam e agregariam o conhecimento humano de forma global.

Visualizamos assim, alguns caminhos pelos quais a presente pesquisa pode percorrer, refinando as análises e colaborando para sociedade de forma direta como no caso da elaboração da cartografia ou de modo mais indireto através do debate científico acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAS, João Teixeira. “*Demonstração da capitania do Espírito Santo até à Ponta da Barra do Rio Doce no qual parte com Porto Seguro*”. In “*Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete asi como o teve dō Diogo de Meneses até o anno de 1612*”. Lisboa, 1612. Disponível em: <http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/P37.html > Acesso em: 06/10/2022.
- ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BARBOSA, Padre A. Lemos. *Curso de tupi antigo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização e tradução: João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BLOG DANIEL MUNDURUKU. Minha vó foi pega o laço. 2017. Disponível em: <http://danielmunduruku.blogspot.com/2017/11/minha-vo-foi-pega-laco.html>. Acesso em: 01 Out. 2019.
- BRUNHES, J. *La Geographie Humaine*. Paris, 1925.
- CARDOSO, Levy. *Toponímia Brasílica*. Vol. No. 9. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil - história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Política indigenista no século XIX*. In: *História dos índios no Brasil*. Org.: Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 1992a. p. 133-154.
- DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux - origine et évolution*. Paris: Librairie Delagrave, 1947.
- DE SOUSA, A. M.; DARGEL, A. P. T. P. *Caminhos da Toponímia no Brasil e as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick*. Revista GTLex, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 6–19, 2021. DOI: 10.14393/Lex11-v6n1a2020-1. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/60925>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia. Coletânea de estudos*. 2a ed. São Paulo, 1990.
- DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS. Disponível em: https://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm, acesso em: 16 Mar. 2021.

DRUMOND, Carlos. *Contribuição dos Bororo à toponímia brasílica*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965.

EDELWEISS, Frederico. *Os topônimos indígenas do Rio de Janeiro quinhentista*. in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 275. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1967.

EDWALL, Gustavo. *A guaxuma e outras malvaceae fibrosas de S. Paulo*. in: Boletim da Agricultura. 2a. Serie. N.1. São Paulo: Redação da “Revista Agrícola”, 1901.

Fauna e Flora do Brasil (especialmente do Mato Grosso) segundo Joseph Barbosa de Sáa (1769) [livro eletrônico]: (Diálogos geograficos, coronologicos, políticos, e naturais, escripos [sic] por Joseph Barbosa de Sáa nesta Villa Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba - Manuscrito 235 da Biblioteca Pública do Porto) / Nelson Papavero [et. al.] ; [coordenador da série:] Mário Eduardo Viaro. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP, 2013.

FREIRE, J.R. Bessa. *Cinco idéias equivocadas sobre o índio*. In: Repecult - Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura. Nº 01. Rio de Janeiro, 2016. p.03-23.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, Recolher os restos. In: GINZBURG: Jaime; SEDLMAYER, Sabrina (orgs). Walter Benjamin. Rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. P.27-38.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais : morfologia e história*. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GUERRAS DO BRASIL.DOC. Luiz Bolognesi. Produção: Luiz Bolognesi. Brasil: 2019. (130min)

LAS CASAS, Bartolomeu de. *Apologética historia de las Indias*. in: Historiadores de Indias. Tomo I. Org.: Manuel Serrano y Sanz. Madrid, 1909.

LEMOS, Marcelo Sant’Ana Lemos. *O índio virou pó de café? - Resistência indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

LONGNON, Auguste. *les noms de lieu de la France - Leur origine, leur signification, leurs transformations*. Résumé des conférences de toponomastique générale faites à l’École des hautes études. Pub. par Paul Marichal et Léon Mirot. Paris: E. Champion, 1920-29.

LUZ, Priscyla M.. "Mapa de Luís Teixeira, “Roteiro de todos os sinaes,...”". In: *Base de Dados BRASILHIS: Redes pessoais e circulação no Brasil durante o período da Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Disponível em: < <https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/9707> > Acesso em: 11/12/2022.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Tesoro de la lengva gvarani*. Madrid, 1639.

Moreira, V. M. L. (2013). Os índios na história política do Império: avanços, resistências e tropeços. *Revista História Hoje*, 1(2), 269–274. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v1i2.52>

MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão*. in: Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Tomo XXI - Anno XXI. Fortaleza: Typographia Minerva, 1907.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus indetidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *A toponímia indígena artificial no Brasil: uma classificação dos nomes de origem tupi criados nos séculos XIX e XX*. Revista Letras Raras. Campina Grande, v. 9, n. 2, p. 252-267, jun. 2020.

_____. *Dicionário de tupi antigo : a língua clássica do Brasil*. 1a ed. São Paulo: Global, 2013.

_____. *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. 3 ed. São Paulo: Global, 2005.

PATRONATO, 272, R.2. *Franceses apresados en la batalla de Guasinduba, rio Marañón*. Disponível em: < <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/127644> > Acesso em: 11/10/2022.

PRAZERES, Frei Francisco. *Poranduba maranhense*. in: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Tomo LIV. Parte 1. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1891.

RODRIGUES, João Barbosa. *Mbaé kaá tapiyetá enoyndaua ou A botânica nomenclatura indígena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

ROSTAING, Charles. *Les noms de lieux*. 9a ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.

SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na Geografia Nacional*. 5a edição. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças : cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENA, Consuelo Pondé de. *Frederico Edelweiss, o Tupinólogo*. CLIO, revista do curso de Mestrado em História. Recife, Universidade Federal de Pernambuco. 4: 149-165, 1981.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. *Theodoro Sampaio: um intelectual enciclopédico brasileiro*. In: XX Encontro Regional de História - História em tempos de crise, 2016, Uberaba/MG. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://encontro2016.mg.anpuh.org/site/anais#R>>

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descryptivo do Brazi em 1587*. Org. Francisco Adolfo de Varnhagen. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. Dissertação (Mestre em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.